

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	67
---	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.299
Preferenciais	0
Total	4.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	592.023	680.099
1.01	Ativo Circulante	8.498	9.386
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	393	402
1.01.03	Contas a Receber	5.651	6.055
1.01.03.01	Clientes	5.651	6.055
1.01.06	Tributos a Recuperar	823	1.173
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	823	1.173
1.01.07	Despesas Antecipadas	46	159
1.01.07.01	Despesa com vendas a apropriar	46	159
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.585	1.597
1.01.08.03	Outros	1.585	1.597
1.01.08.03.01	Créditos Diversos	1.585	1.597
1.02	Ativo Não Circulante	583.525	670.713
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	35.141	38.864
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	14.946	14.473
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	14.946	14.473
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	20.195	24.391
1.02.01.09.03	Contas correntes com parceiros nos empreendimentos	18.919	23.256
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a compensar	1.276	1.135
1.02.02	Investimentos	535.050	616.663
1.02.02.01	Participações Societárias	535.050	616.663
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	535.050	616.663
1.02.03	Imobilizado	5.337	6.103
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.337	6.103
1.02.04	Intangível	7.997	9.083
1.02.04.01	Intangíveis	7.997	9.083
1.02.04.01.02	Softwares/Outros	7.997	9.083

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	592.023	680.099
2.01	Passivo Circulante	1.183.654	1.158.459
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.688	1.332
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.688	1.332
2.01.02	Fornecedores	6.718	6.561
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.718	6.561
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.123	2.744
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.123	2.744
2.01.03.01.02	Parcelamentos Tributários	3.830	2.355
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Fiscais	293	389
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	646.878	662.914
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	241.314	236.581
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	241.314	236.581
2.01.04.02	Debêntures	405.564	426.333
2.01.05	Outras Obrigações	503.307	467.262
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	481.162	445.542
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	376.446	344.730
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	104.716	100.812
2.01.05.02	Outros	22.145	21.720
2.01.05.02.05	Coobrigação na Cessão de Recebíveis	4.792	4.792
2.01.05.02.06	Adiantamentos de Clientes	8	125
2.01.05.02.07	Certificados de Recebíveis Imobiliários	16.713	16.236
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	632	567
2.01.06	Provisões	20.940	17.646
2.01.06.02	Outras Provisões	20.940	17.646
2.01.06.02.04	Provisões para Perda em Investimentos	20.940	17.646
2.02	Passivo Não Circulante	31.928	31.134
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.344	18.345
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.344	18.345
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	18.344	18.345
2.02.02	Outras Obrigações	1.467	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.467	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.467	0
2.02.04	Provisões	12.117	12.789
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.989	5.926
2.02.04.01.05	Parcelamento tributários	4.989	5.926
2.02.04.02	Outras Provisões	7.128	6.863
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	7.128	6.863
2.03	Patrimônio Líquido	-623.559	-509.494
2.03.01	Capital Social Realizado	1.281.689	1.281.678
2.03.01.01	Capital Social	1.319.544	1.319.533
2.03.01.02	Gastos na Emissão de Ações	-37.855	-37.855
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.905.248	-1.791.172

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3	3	0	6
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	-38	-76
3.03	Resultado Bruto	3	3	-38	-70
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-73.352	-94.123	-34.283	-95.282
3.04.01	Despesas com Vendas	2	-1	-4	-10
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.174	-8.432	-5.712	-11.201
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	117	-43	-3.892	-19.048
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-69.297	-85.647	-24.675	-65.023
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-73.349	-94.120	-34.321	-95.352
3.06	Resultado Financeiro	-12.280	-19.550	-39.717	-68.287
3.06.01	Receitas Financeiras	324	798	636	2.203
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.604	-20.348	-40.353	-70.490
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-85.629	-113.670	-74.038	-163.639
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-406	0	0
3.08.01	Corrente	0	-406	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-85.629	-114.076	-74.038	-163.639
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-85.629	-114.076	-74.038	-163.639
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	-26,5382	0	-47,9651

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-85.629	-114.076	-74.038	-163.639
4.03	Resultado Abrangente do Período	-85.629	-114.076	-74.038	-163.639

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.626	59.470
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.565	-4.577
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IRCS	-113.670	-163.639
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.852	1.915
6.01.01.03	Provisões para perdas de ativos	56	16.279
6.01.01.04	Provisões para demandas judiciais	265	1.453
6.01.01.06	Custo na alienação de imobilizado	0	4
6.01.01.08	Encargos financeiros sobre financiamentos	18.891	65.121
6.01.01.09	Parcela capitalizada dos encargos financeiros	-606	9.267
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	85.647	65.023
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	36.766	77.709
6.01.02.01	Contas a receber	402	-823
6.01.02.03	Impostos e contribuições a compensar	209	522
6.01.02.04	Créditos diversos	12	-331
6.01.02.05	Créditos com partes relacionadas	-473	1.125
6.01.02.06	Créditos com contas correntes com parceiros	4.283	7.289
6.01.02.07	Despesas antecipadas	113	187
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e tributárias	392	131
6.01.02.09	Fornecedores	157	636
6.01.02.10	Contas a pagar	65	73
6.01.02.12	Partes relacionadas	31.723	70.388
6.01.02.13	Adiantamento de clientes	-117	-1.488
6.01.03	Outros	-10.575	-13.662
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre empréstimo e outras operações financeiras	-10.575	-13.662
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-134	69
6.02.02	Capital em controladas líquido	-134	-4
6.02.03	Lucros distribuídos	0	73
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-18.501	-55.918
6.03.02	Pagamento empréstimos e financiamento	-23.512	-56.178
6.03.03	Partes relacionadas	5.000	0
6.03.05	Aumento de capital	11	260
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9	3.621
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	402	960
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	393	4.581

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.281.678	0	0	-1.791.172	0	-509.494
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.281.678	0	0	-1.791.172	0	-509.494
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11	0	0	0	0	11
5.04.01	Aumentos de Capital	11	0	0	0	0	11
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-114.076	0	-114.076
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-114.076	0	-114.076
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.281.689	0	0	-1.905.248	0	-623.559

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.259.290	0	0	-1.444.002	0	-184.712
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.259.290	0	0	-1.444.002	0	-184.712
5.04	Transações de Capital com os Sócios	260	0	0	0	0	260
5.04.01	Aumentos de Capital	260	0	0	0	0	260
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-163.639	0	-163.639
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-163.639	0	-163.639
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.259.550	0	0	-1.607.641	0	-348.091

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	3	7
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3	7
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.719	-22.770
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-76
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.961	-22.736
7.02.04	Outros	242	42
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.716	-22.763
7.04	Retenções	-1.852	-1.915
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.852	-1.915
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.568	-24.678
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-84.849	-62.819
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-85.647	-65.023
7.06.02	Receitas Financeiras	798	2.204
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-90.417	-87.497
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-90.417	-87.497
7.08.01	Pessoal	2.717	5.267
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.533	4.126
7.08.01.04	Outros	184	1.141
7.08.01.04.02	Honorários de diretoria	184	1.141
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	406	1
7.08.02.01	Federais	406	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.536	70.874
7.08.03.01	Juros	20.348	70.490
7.08.03.02	Aluguéis	188	384
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-114.076	-163.639
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-114.076	-163.639

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	918.008	984.399
1.01	Ativo Circulante	713.315	742.538
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.396	33.081
1.01.03	Contas a Receber	354.172	386.336
1.01.03.01	Clientes	354.172	386.336
1.01.04	Estoques	314.821	304.252
1.01.04.01	Imóveis a Comercializar	314.821	304.252
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.972	4.985
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.972	4.985
1.01.07	Despesas Antecipadas	678	852
1.01.07.01	Despesas com Vendas a Apropriar	678	852
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.276	13.032
1.01.08.03	Outros	9.276	13.032
1.01.08.03.01	Créditos Diversos	9.276	13.032
1.02	Ativo Não Circulante	204.693	241.861
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	181.284	194.985
1.02.01.03	Contas a Receber	18.146	20.732
1.02.01.03.01	Clientes	18.146	20.732
1.02.01.04	Estoques	131.813	138.855
1.02.01.04.01	Imóveis a Comercializar	131.813	138.855
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	615	615
1.02.01.07.01	Despesas com Vendas a Apropriar	615	615
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.083	5.940
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	6.083	5.940
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	24.627	28.843
1.02.01.09.03	Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	18.919	23.276
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Compensar	5.708	5.567
1.02.02	Investimentos	8.607	30.091
1.02.02.01	Participações Societárias	8.607	30.091
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	8.607	30.091
1.02.03	Imobilizado	6.736	7.601
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.736	7.601
1.02.04	Intangível	8.066	9.184
1.02.04.01	Intangíveis	8.066	9.184
1.02.04.01.02	Software/Outros	8.066	9.184

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	918.008	984.399
2.01	Passivo Circulante	1.317.249	1.265.595
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.316	1.800
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.316	1.800
2.01.02	Fornecedores	21.210	20.379
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.210	20.379
2.01.03	Obrigações Fiscais	56.306	52.634
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	56.306	52.634
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.122	8.662
2.01.03.01.02	Parcelamentos Tributários	15.688	11.541
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Fiscais	31.496	32.431
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.041.898	1.004.125
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	636.334	577.792
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	636.334	577.792
2.01.04.02	Debêntures	405.564	426.333
2.01.05	Outras Obrigações	192.498	183.753
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	104.716	100.812
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	104.716	100.812
2.01.05.02	Outros	87.782	82.941
2.01.05.02.04	Credores por Imóveis Compromissados	9.861	9.861
2.01.05.02.05	Coobrigação na Cessão de Recebíveis	8.137	8.250
2.01.05.02.06	Adiantamentos de Clientes	7.379	7.753
2.01.05.02.07	Certificados de Recebíveis Imobiliários	16.713	16.236
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	45.692	40.841
2.01.06	Provisões	3.021	2.904
2.01.06.02	Outras Provisões	3.021	2.904
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	2.840	2.723
2.01.06.02.04	Provisões para Perda em Investimentos	181	181
2.02	Passivo Não Circulante	224.318	228.298
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	22.734	37.756
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	22.734	37.756
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	22.734	37.756
2.02.02	Outras Obrigações	17.544	15.891
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.467	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.467	0
2.02.02.02	Outros	16.077	15.891
2.02.02.02.04	Coobrigação na Cessão de Recebíveis	5.062	5.912
2.02.02.02.05	Adiantamentos de Clientes	8.347	8.347
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	2.668	1.632
2.02.03	Tributos Diferidos	8.278	9.316
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.278	9.316
2.02.04	Provisões	175.762	165.335
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.037	61.845
2.02.04.01.05	Parcelamentos Tributários	58.538	61.265
2.02.04.01.06	Obrigações Tributárias	499	580

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.02	Outras Provisões	116.725	103.490
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	586	1.134
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	116.139	102.356
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-623.559	-509.494
2.03.01	Capital Social Realizado	1.281.689	1.281.678
2.03.01.01	Capital Social	1.319.544	1.319.533
2.03.01.02	Gastos na Emissão de Ações	-37.855	-37.855
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.905.248	-1.791.172

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	-2.872	2.438	23.273	40.348
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.738	-12.553	-37.986	-77.590
3.03	Resultado Bruto	-6.610	-10.115	-14.713	-37.242
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.290	-46.019	-22.336	-54.653
3.04.01	Despesas com Vendas	-880	-1.701	-1.387	-3.174
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.392	-12.823	-6.414	-12.160
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.534	-10.011	-17.697	-39.087
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-21.484	-21.484	3.162	-232
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-36.900	-56.134	-37.049	-91.895
3.06	Resultado Financeiro	-49.106	-57.862	-36.712	-71.356
3.06.01	Receitas Financeiras	1.483	5.019	4.355	10.417
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.589	-62.881	-41.067	-81.773
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-86.006	-113.996	-73.761	-163.251
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	262	-226	-413	-796
3.08.01	Corrente	-415	-1.317	-739	-1.852
3.08.02	Diferido	677	1.091	326	1.056
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-85.744	-114.222	-74.174	-164.047
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-85.744	-114.222	-74.174	-164.047
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-85.629	-114.076	-74.038	-163.639
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-115	-146	-136	-408
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	-26,5382	0	-47,9651

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-85.744	-114.222	-74.174	-164.047
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-85.744	-114.222	-74.174	-164.047
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-85.629	-114.076	-74.038	-163.639
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-115	-146	-136	-408

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	16.255	61.493
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-27.210	-17.763
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IRCS	-113.996	-163.251
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.935	1.993
6.01.01.03	Provisões para perdas de ativos	-1.026	25.370
6.01.01.04	Provisões para demandas judiciais	12.689	19.609
6.01.01.05	Provisões para garantia de obras	-431	-420
6.01.01.06	Custo na alienação de imobilizado	47	2.141
6.01.01.07	Impostos diferidos	-1.126	-1.166
6.01.01.08	Encargos financeiros sobre financiamentos	58.156	89.534
6.01.01.09	Parcela capitalizada dos encargos financeiros	-5.088	7.787
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	21.484	232
6.01.01.11	Participação de não controladores	146	408
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	55.017	100.345
6.01.02.01	Contas a receber	35.604	40.691
6.01.02.02	Imóveis a comercializar	1.561	37.314
6.01.02.03	Impostos e contribuições a compensar	-128	309
6.01.02.04	Créditos diversos	3.756	-361
6.01.02.05	Créditos com partes relacionadas	-143	880
6.01.02.06	Créditos com contas correntes com parceiros	5.623	7.296
6.01.02.07	Despesas antecipadas	174	400
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e tributárias	2.219	10.999
6.01.02.09	Fornecedores	831	1.510
6.01.02.10	Contas a pagar	5.887	508
6.01.02.12	Partes relacionadas	7	1.332
6.01.02.13	Adiantamento de clientes	-374	-533
6.01.03	Outros	-11.552	-21.089
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-977	-1.940
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre operações financeiras e operações com investidores	-10.575	-19.149
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2	7.761
6.02.02	Capital em controladas líquido	1	7.688
6.02.03	Lucros distribuídos	0	73
6.02.05	Intangível	1	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.942	-66.490
6.03.01	Captações de operações financeiras e operações com investidores líquidas	0	7.225
6.03.02	Pagamento empréstimos e financiamento	-24.953	-73.975
6.03.03	Partes relacionadas	5.000	0
6.03.05	Aumento de capital	11	260
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.685	2.764
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	33.081	22.738
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.396	25.502

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.281.678	0	0	-1.791.172	0	-509.494	0	-509.494
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.281.678	0	0	-1.791.172	0	-509.494	0	-509.494
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11	0	0	0	0	11	146	157
5.04.01	Aumentos de Capital	11	0	0	0	0	11	0	11
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	146	146
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-114.076	0	-114.076	-146	-114.222
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-114.076	0	-114.076	-146	-114.222
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.281.689	0	0	-1.905.248	0	-623.559	0	-623.559

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.259.290	0	0	-1.444.002	0	-184.712	0	-184.712
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.259.290	0	0	-1.444.002	0	-184.712	0	-184.712
5.04	Transações de Capital com os Sócios	260	0	0	0	0	260	408	668
5.04.01	Aumentos de Capital	260	0	0	0	0	260	0	260
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	408	408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-163.639	0	-163.639	-408	-164.047
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-163.639	0	-163.639	-408	-164.047
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.259.550	0	0	-1.607.641	0	-348.091	0	-348.091

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	2.461	41.851
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.461	41.851
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.807	-94.257
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.035	-48.518
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.162	-44.481
7.02.04	Outros	390	-1.258
7.03	Valor Adicionado Bruto	-23.346	-52.406
7.04	Retenções	-1.935	-1.993
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.935	-1.993
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-25.281	-54.399
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-16.465	10.185
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-21.484	-232
7.06.02	Receitas Financeiras	5.019	10.417
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-41.746	-44.214
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-41.746	-44.214
7.08.01	Pessoal	4.629	6.276
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.324	4.526
7.08.01.04	Outros	1.305	1.750
7.08.01.04.01	Comissões sobre venda	533	609
7.08.01.04.02	Honorários de diretoria	772	1.141
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	248	2.299
7.08.02.01	Federais	248	2.281
7.08.02.03	Municipais	0	18
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	67.599	111.258
7.08.03.01	Juros	67.399	110.845
7.08.03.02	Aluguéis	200	413
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-114.222	-164.047
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-114.076	-163.639
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-146	-408

Comentário de desempenho sobre as Informações Financeiras do trimestre findo em 30 de junho de 2017

São Paulo, 11 de agosto de 2017 – A Viver Incorporadora e Construtora S.A. (VIVR3) anuncia seus resultados operacionais e financeiros relativos ao primeiro trimestre encerrados em 30 de junho de 2017 (2T17).

Destaques

- ▼ Vendas brutas totalizaram R\$ 11,6 milhões, no 2T17 as vendas líquidas atingiram R\$ 6,0 milhões.
- ▼ Repasses atingiram R\$ 17,0 milhões do 2T17.
- ▼ A companhia encerrou o 2T17 com aproximadamente R\$ 449,6 milhões de recebíveis e R\$ 359,8 milhões de estoque a valor de mercado, sendo R\$ 278,4 milhões e R\$ 245,2 milhões respectivamente provenientes de unidades concluídas.
- ▼ Julgamento dos recursos contra as decisões de deferimento e consolidação da recuperação judicial, com o seu provimento para determinar a exclusão das SPEs com Patrimônio de Afetação constituído da recuperação judicial, bem como para determinar o processamento segregado das SPEs remanescentes.
- ▼ Requerida autorização ao Juízo da Recuperação Judicial para cessão da totalidade das quotas da Inpar Projeto 39 em favor da Bersan Imóveis pelo valor total de R\$ 3,8 milhões.
- ▼ Após o encerramento do trimestre, a Companhia apresentou nos autos da recuperação judicial informações detalhadas das SPEs remanescentes, para que seja realizada a perícia prévia determinada pelo E. TJSP, com a posterior ratificação da decisão de deferimento.

Comentário do Desempenho



Desempenho Econômico-Financeiro

Os resultados estão apresentados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em reais (R\$), de acordo com a legislação societária.

Receita Líquida

A receita operacional líquida foi negativa de R\$ 2,9 milhões no 2T17, uma redução de 112,6% em relação ao mesmo período do ano de 2016, reflexo de R\$ 5,6 milhões em distratos ocorridos no trimestre.

Custos dos Imóveis

No 2T17, o custo dos imóveis foi de R\$ 3,7 milhões, uma redução de 90,2% quando comparado ao custo de R\$ 38,0 milhões no 2T16. A redução é resultado de a Companhia apresentar apenas 3 sites a serem finalizados.

A tabela abaixo apresenta a composição do custo dos imóveis:

Custo dos Imóveis (R\$ mil)

	2T17	1T17	2T16	2T17x1T17	2T17x2T16
Custo dos Imóveis	3.738	8.815	37.986	-57,6%	-90,2%
Custo com terreno, incorporação e construção	516	7.519	18.890	-93,1%	-97,3%
Encargos Financeiros	3.222	1.296	19.096	148,6%	-83,1%

Lucro Bruto e Receitas e Resultados a Apropriar

No 2T17, o lucro bruto ficou negativo em R\$ 6,6 milhões, resultado principalmente dos distratos no período e pela não realização de lançamentos nos últimos anos.

Lucro Bruto (R\$ mil)

	2T17	1T17	2T16	2T17x1T17	2T17x2T16
Lucro Bruto	(6.610)	(3.505)	(14.713)	88,6%	-55,1%
Margem Bruta	230,2%	-66,0%	-63,2%	29616 bps	29337 bps
Margem Bruta Ajustada ¹	118,0%	-41,6%	18,8%	15957 bps	9913 bps

¹ Excluindo Juros capitalizados no custo operacional.

No 2T17, as receitas a apropriar totalizaram R\$ 82,9 milhões, enquanto os resultados a apropriar alcançaram R\$ 13,3 milhões. A margem apropriar do trimestre foi de 16,1%, 2.067 pontos base abaixo da margem registrada no 2T16.

Os custos a apropriar não contemplam encargos financeiros e provisões de garantia, os quais são reconhecidos como custos operacionais, quando incorridos, na proporção das unidades vendidas.

Comentário do Desempenho



Receitas e Resultados a apropriar (R\$ mil)

(no final do período)	2T17	1T17	2T16	2T17x1T17	2T17x2T16
Receita a apropriar	82.892	90.295	79.035	-8,2%	4,9%
Custo a apropriar	(69.573)	(73.727)	(50.003)	-5,6%	39,1%
Resultado Bruto a apropriar	13.319	16.568	29.032	-19,6%	-54,1%
Margem a apropriar	16,1%	18,3%	36,7%	-228 bps	-2067 bps

Despesas com Comercialização, Gerais e Administrativas

No 2T17, as despesas com comercialização totalizaram R\$ 0,9 milhões, uma redução de 36,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, essa redução é reflexo da nova política de marketing sem investimento fixo, somente no sucesso da venda.

As despesas gerais e administrativas líquidas de depreciação e amortização e custos de reestruturação foram de R\$ 3,0 milhões no 2T17, mesmo patamar do trimestre anterior e representando uma redução de 44,9% em relação ao 2T16, com um valor anualizado de R\$ 12,0 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 49,1 milhões no 2T17, apresentando um crescimento de 33,8% quando comparando com o mesmo período de 2016.

Após a solicitação do pedido de recuperação judicial, as dívidas listadas tiveram seus saldos congelados na data do ajuizamento.

Conforme provimento de recursos que determinou a exclusão das SPEs com Patrimônio de Afetação da recuperação judicial, a Companhia entendeu prudente já apropriar os encargos financeiros das dívidas excluídas da RJ, mesmo ainda não tendo o julgamento dos seus recursos.

Essa apropriação impactou o resultado financeiro no montante aproximado de R\$ 40 milhões.

Prejuízo Líquido

No 2T17, a Viver apresentou um prejuízo líquido de R\$ 85,7 milhões, um aumento de 15,7% comparado ao resultado do mesmo período do ano anterior, reflexo principalmente do montante aproximado de R\$ 40 milhões reconhecido no resultado, conforme explicado acima.

Além disso, houve o efeito do impairment no valor de R\$ 21,5 milhões, realizado por um parceiro em um terreno que temos participação minoritária.

O resultado negativo recorrente, como já destacado nos trimestres anteriores, é consequência da não realização de lançamentos de novos projetos, bem como o impacto dos distratos no reconhecimento da receita e lucro bruto, além das provisões para demandas judiciais e agora a retomada da atualização de parte das dívidas.

Comentário do Desempenho



EBITDA

O EBITDA da Companhia ficou negativo em R\$ 32,7 milhões no 2T17. Desconsiderando o impairment mencionado acima, o EBITDA ficaria em R\$ 11,2 milhões negativo, uma melhora de 34% em relação ao trimestre anterior.

A tabela abaixo mostra a evolução do EBIT, EBITDA e da margem EBITDA ao longo dos últimos trimestres.

EBITDA (R\$ mil)

	2T17	1T17	2T16
EBT	(86.006)	(27.990)	(73.761)
(+) Resultado Financeiro			
Despesa financeira (Líquida)	49.106	8.756	36.712
Despesa financeira (SFH)	5.259	(153)	8.940
Despesa financeira (Corporativa)	(2.037)	1.449	10.156
EBIT	(33.678)	(17.938)	(17.953)
Depreciação	961	973	995
EBITDA	(32.717)	(16.965)	(16.958)

Balanço Patrimonial

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2017, as contas de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 29,4 milhões, contra um saldo de R\$ 26,0 milhões apurado em 31 de março de 2017. Vale destacar que aproximadamente R\$ 27,8 milhões desse saldo estão em contas vinculadas atreladas às operações financeiras.

Gestão de Carteira e Repasse

Encerramos o segundo trimestre de 2017 com uma carteira total de R\$ 449,5 milhões de recebíveis, sendo que R\$ 278,3 milhões são relativos a projetos concluídos e R\$ 171,2 milhões a entregar, conforme detalhado na tabela abaixo.

Contas a receber (R\$ mil)

	2T17	1T17	2T16	2T17x1T17	2T17x2T16
Curto Prazo	348.522	367.499	520.255	-5,2%	-33,0%
Longo Prazo	18.146	19.307	25.769	-6,0%	-29,6%
Total "on balance"	366.668	386.806	546.024	-5,2%	-32,8%
Total "off balance"	82.892	90.295	79.035	-8,2%	4,9%
Total de Contas a Receber	449.560	477.101	625.059	-5,8%	-28,1%
Total concluídas	278.378	291.101	421.825	-4,4%	-34,0%
Total a entregar	171.182	186.000	203.234	-8,0%	-15,8%

Comentário do Desempenho



Os recursos gerados por repasses e gestão de carteira atingiram R\$ 17,0 milhões no 2T17, a redução em relação ao trimestre anterior ainda é resultado do bloqueio de repasse que ocorreu por parte dos Bancos em SPEs com Patrimônio de Afetação.

Considerando a exclusão desses projetos do processo de recuperação judicial, novas tratativas estão sendo realizadas com os bancos para retomada da operação.

Estoque (imóveis para desenvolvimento e venda)

Em 30 de junho de 2017, o saldo do estoque da Viver era de R\$ 446,6 milhões. O estoque da Companhia inclui terrenos adquiridos em dinheiro e via permuta, construções em andamento, adiantamentos a fornecedores e unidades concluídas, como detalhado abaixo.

Estoque a Valor de Custo (R\$ mil)

	2T17	1T17	2T16	2T17x1T17	2T17x2T16
Terrenos	168.044	176.448	222.950	-4,8%	-24,6%
Construções em andamento	66.931	54.216	73.526	23,5%	-9,0%
Unidades prontas	211.486	209.746	188.986	0,8%	11,9%
Adiantamento a fornecedores	173	172	178	0,6%	-2,8%
Total	446.634	440.582	485.640	1,4%	-8,0%

Endividamento

No 2T17, a Viver possuía uma dívida total de R\$ 1,20 bilhões (incluindo dívidas com partes relacionadas e a debenture conversível), como detalhado na tabela abaixo.

A reestruturação da maioria dessas dívidas está sendo tratada dentro do processo de recuperação judicial.

Cabe destacar que o aumento no endividamento total ocorrido no trimestre está relacionado ao provimento de recursos que determinaram a exclusão de dívidas vinculadas ao Patrimônio de Afetação da recuperação judicial.

A Companhia entendeu prudente a apropriação dos encargos financeiros sobre as dívidas dessas SPEs excluídas da RJ. Essa apropriação impactou o endividamento no montante aproximado de R\$ 40 milhões.

Comentário do Desempenho



Evolução do Endividamento	2T17	1T17	4T16	3T16	2T16
Corporativa + Produção	942,1	903,6	919,5	909,3	906,1
Dívida Corporativa	284,0	280,1	276,1	271,0	261,4
Dívida de SFH e Projetos	658,1	623,5	643,4	638,3	644,7
Securitização	29,9	30,0	30,4	30,1	30,0
Coobrigação	13,2	14,0	14,2	14,2	14,7
Emissão de CRI	16,7	16,0	16,2	15,9	15,3
Sub-total Endividamento (I)	972,0	933,6	949,9	939,4	936,1
Partes Relacionadas + Conversível	228,5	227,5	223,3	257,1	247,8
Partes Relacionadas	106,0	105,0	100,8	102,6	98,1
Debêntures Conversível	122,5	122,5	122,5	154,5	149,7
Endividamento Total	1.200,5	1.161,1	1.173,2	1.196,5	1.183,9
Disponibilidades de Caixa Total	29,4	26,0	33,1	24,6	25,5

Sobre a Viver Incorporadora e Construtora S.A.

A Viver é uma incorporadora e construtora fundada há mais de 20 anos e conhecida por seus empreendimentos de alta qualidade e pelo pioneirismo na tecnologia de construção. A Companhia tem seu foco de atuação no mercado residencial, nos segmentos de médio e médio alto padrão, principalmente nos estados de São Paulo e na região da grande Porto Alegre. A Companhia adota um modelo de gestão baseado na proximidade entre Diretoria, Conselho de Administração e acionistas e rígidos padrões de governança corporativa. A Viver integra o Novo Mercado da BM&FBOVESPA e é negociada sob o código VIVR3.

Relações com Investidores

Tel: (55 11) 3046-3192

E-mail: ri.viver@viverinc.com.br

<http://ri.viverinc.com.br>

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Viver Incorporadora e Construtora S.A. ("Companhia" ou "Viver") – Em Recuperação Judicial é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. sob a sigla VIVR3, não havendo acordo entre acionistas para formação de bloco controlador.

A atividade preponderante da Companhia é, em conjunto com as suas controladas e controladas em conjunto, o desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária, especialmente residencial e comercial, mediante participação nos empreendimentos, por meio de sociedades constituídas com propósito específico, parcerias ou ainda por meio de consórcios, bem como a prestação de serviços de gestão dos empreendimentos imobiliários.

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 1.905.248 em suas operações, tendo apurado prejuízo de R\$ 85.629 no trimestre, impactado (i) pelos encargos financeiros e (ii) pela redução do volume de lançamentos de empreendimentos nos exercícios anteriores, já que desde 2014 não ocorreu nenhum lançamento.

Após a realização do IPO em 2007, a Companhia adotou estratégia expansionista, seguindo a tendência do setor, e posteriormente com a deterioração do mercado passou a sofrer as consequências deste modelo de crescimento, tanto no aspecto de mercado, como também pela estrutura de capital existente, que se mostrou incompatível com a estratégia adotada.

A partir de 2012, o cenário macroeconômico brasileiro passou a desafiar as expectativas de expansão e geração de caixa do setor. Diante dessa conjunção de fatores, em 2012 a Viver atingiu um momento de crise. Naquele momento a Viver apresentava despesas fixas extremamente elevadas, estrutura organizacional desproporcional à sua operação, dívidas corporativas com vencimentos no curto prazo de mais de R\$ 700 milhões, mais de 30 projetos paralisados e sem previsão de financiamentos dos recursos para conclusão das obras.

Neste mesmo ano de 2012, a Companhia optou por iniciar a reestruturação das suas atividades, com alteração do quadro de diretores e condução dos negócios norteada em 5 pilares: (i) redução de custos e preservação de caixa; (ii) desalavancagem/venda de ativos; (iii) entrega de projetos; (iv) fortalecimento da estrutura de capital; e (v) geração de valor.

A estratégia de reestruturação foi assim implementada. Houve redução de 75% dos custos gerais e administrativos, venda de ativos em torno de R\$ 500 milhões, redução de 62% das dívidas corporativas (mais de R\$400 milhões), além de renegociação dos demais passivos, captação de recursos de mais de R\$150 milhões para o término das obras e, por fim, e de extrema importância, entrega de praticamente a totalidade dos empreendimentos que estavam em construção.

Nada obstante, todos os esforços e o sucesso na implementação dos pilares norteadores, o cenário macroeconômico trouxe enormes impactos no modelo de negócios que estava sendo desenvolvido na nova gestão e que resultam na crise atual enfrentada pela Companhia:

- a) A expectativa de ganho de preço não se confirmou, pelo contrário, o mercado imobiliário vem recrudescendo drasticamente desde então;
- b) Velocidade de vendas em níveis muito abaixo da série histórica;
- c) Volume de repasse altamente impactado pela perspectiva macroeconômica – Bancos muito restritivos ao crédito à pessoa física;
- d) Aumento brutal de devolução de unidades por meio de distratos entre adquirentes;

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- e) Aumento exponencial do número de ações, especialmente relativas a distratos de promessas de compra e venda de unidades imobiliárias, que afetaram e ainda afetam a geração de caixa das SPÉs.

Apesar de todos esforços para redução de gastos e melhoria da eficiência operacional, a Companhia ainda depende da reestruturação de todos os passivos, que está em andamento, para reequilibrar a sua estrutura de capital, sendo que a administração considera essa reestruturação como crucial para garantir que seja possível cobrir suas despesas gerais, pagar seus passivos, incluindo um alto volume de demandas judiciais de clientes e consequentemente viabilizar sua continuidade operacional.

No ano de 2016, a Companhia realizou uma série de reestruturações operacionais bem-sucedidas que permitiram melhorar sua estrutura e, consequentemente, a estrutura das demais controladas. Dentre os projetos realizados estão: (i) Esforço específico de venda e monetização de ativos; (ii) Projeto para monetização de ativos complexos “caixa livre”, com baixa conversão de vendas em caixa; (iii) Renegociação das despesas com fornecedores e advogados; (iv) Negociação com credores financeiros, com fechamento de operações de quitação de dívida financeira com desconto; (v) Reestruturação operacional de áreas chave na estrutura administrativa, resultando na reorganização de áreas e redução do quadro de colaboradores; (vi) Captação de financiamento para as operações, em especial; e (vii) Equalização das ações judiciais para redução do passivo contingente.

No entanto, no âmbito financeiro, a Companhia não logrou êxito em implementar as medidas planejadas, que resultou no agravamento da sua crise financeira e das demais controladas: (i) As tentativas de renegociação de dívidas esbarraram na resistência de seus principais credores quanto aos termos propostos; e (ii) Sem a solução junto a seus credores, a Companhia novamente perdeu atratividade quanto a ingresso de novo capital. Diversas conversas com esse intuito foram encerradas devido à falta de acordo com os bancos. Com recursos insuficientes em caixa, a Companhia passou a repactuar as parcelas do pagamento de suas dívidas com bancos e fornecedores, o que precipitou a redução no montante de crédito disponível para a mesma.

A Companhia se encontrava em um ciclo de deterioração de valor. Para reverter este ciclo, foi ajuizada a Recuperação Judicial em 16 de setembro de 2016, que foi a medida mais adequada para preservar valor para todos os “stakeholders” do Grupo Viver, permitindo a equalização dos passivos, a restauração da relação de confiança com seus clientes, fornecedores e bancos, a retomada dos lançamentos e, enfim, a superação da momentânea crise econômico-financeira.

Em 28 de setembro de 2016, o Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento do pedido de Recuperação Judicial da Companhia, juntamente com outras sociedades integrantes de seu grupo societário, determinando, entre outras medidas: (i) Dispensa de apresentação de certidões negativas para que a Companhia exerça suas atividades; (ii) Suspensão das ações e execuções contra a Companhia e as demais recuperandas por 180 (cento e oitenta) dias úteis, na forma da Lei; (iii) Apresentação de contas demonstrativas pela Companhia até o dia 30 de cada mês, sob pena de destituição dos seus controladores e administradores; (iv) Apresentação do plano de recuperação no prazo de 60 dias úteis; e (v) Expedição de edital, na forma do § 1º do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005, com o prazo de 15 (quinze) dias úteis para habilitações ou divergências dos credores eventualmente não listados no pedido de Recuperação Judicial.

A íntegra da decisão judicial que deferiu o processamento do pedido de Recuperação Judicial encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia no seu site.

A Companhia reitera que o objetivo do processo de Recuperação Judicial é manter a prestação do serviço com qualidade aos clientes e equacionar o seu endividamento. A medida prevista na lei brasileira permite que sejam mantidos e preservados os serviços da Companhia.

Fazem parte do processo de Recuperação Judicial, além da controladora Viver Incorporadora e Construtora S.A., mais 63 controladas, as quais são destacadas no quadro de percentual de participação com o texto “Em Recuperação Judicial”.

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para esse processo foi nomeada como administrador judicial a KPMG CORPORATE FINANCE LTDA. (“KPMG”).

Consolidação da Recuperação Judicial

Em 09 de novembro de 2016, o Juiz proferiu decisão acolhendo o relatório apresentado pela Administradora Judicial deferindo o pedido de consolidação substancial da Viver e mais 47 controladas, para que assim, as 16 controladas com patrimônio de afetação constituído apresentem plano de recuperação individual.

Em 06 de fevereiro de 2017, foram protocolados os 17 planos de recuperação judicial para as 64 empresas que solicitaram, sendo que a íntegra do plano encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia no seu site. A assembleia dos credores deve ocorrer no prazo estabelecido no deferimento da Recuperação Judicial.

Em 12 de junho de 2017, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento aos agravos dos bancos Bradesco, Santander e outros, determinando, nesse sentido, a exclusão das SPEs com Patrimônio de Afetação da Recuperação Judicial, bem como determinou a perícia prévia das SPEs sem Patrimônio de Afetação e, então, a apresentação de plano segregado para estas SPEs sem Patrimônio de Afetação. O Grupo Viver recorreu destas decisões e aguarda julgamento dos seus recursos.

As Assembleias Gerais de Credores designadas, em primeira convocação, para os dias 28, 29 de junho de 2017, 04, 05 de julho de 2017, e, em segunda convocação, para os dias 06, 11, 12, 13 de julho de 2017, conforme edital disponibilizado no Diário do Tribunal de Justiça de São Paulo no dia 01 de junho de 2017, foram suspensas em razão da decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo. Nesse sentido, ainda não há previsão das próximas convocações das Assembleias Gerais de Credores.

Continuidade das operações

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2017 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, com base na avaliação da administração de (i) fechamento de um acordo com a maioria dos credores da Viver no processo de recuperação judicial e (ii) aprovação de um plano de recuperação judicial pela maioria dos credores e a confirmação desse plano pelo Tribunal.

A Recuperação Judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações da Viver. Com base nas informações disponíveis nesta data, a Companhia não tem nenhum motivo para acreditar que não será possível alcançar um acordo com a maioria dos credores da Viver. Adicionalmente, o Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que a Viver poderá manter suas atividades e que suas operações permanecerão vigentes durante a Recuperação Judicial. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões da Viver. Essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá suscitar dúvidas sobre a capacidade da Viver de continuar em operação.

Além de permitir a renegociação do passivo concursal das recuperandas por meio das formas e condições previstas neste Plano, também permite o soerguimento econômico integral das empresas do Grupo Viver, na medida em que (i) reverte o círculo vicioso de baixa liquidez; e (ii) atrai novo capital para a Companhia, mediante investimento de interessados nos ativos e na plataforma do Grupo Viver.

Com o seu soerguimento econômico, a Companhia poderá continuar exercendo seu objeto social, com o lançamento de empreendimentos imobiliários.

Para retornar a lucratividade, a Companhia possui um banco de terrenos que representa cerca de R\$ 2 bilhões e 7.772 unidades, sendo que R\$ 406 milhões são potenciais lançamentos já aprovados. A Companhia continua com as seguintes principais medidas, objetivando a retomada da sua

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

lucratividade:

(a) Contínuo controle rigoroso e redução de custos e despesas operacionais (Nota 26), sendo que o valor anualizado foi de R\$ 12,0 milhões em trajetória decrescente;

(b) Grande volume de entregas, reduzindo risco de execução e foco no processo de repasses dos clientes para amortização dos financiamentos e geração de caixa livre para a Companhia, encerrando o período com R\$ 449.560 de recebíveis;

(c) Venda de terrenos que não estão no plano de lançamento da Companhia.

Por fim, como parte da reestruturação que garantirá a perpetuidade da Companhia, o Juízo da Recuperação Judicial autorizou a captação de novo recursos para Viver, que permitirão que as recuperandas mantenham uma estrutura mínima de caixa para custear as suas despesas correntes até que os recursos provenientes do plano de recuperação judicial sejam vertidos para o caixa da Companhia.

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu estatuto social.

As informações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de agosto de 2017.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Informações Trimestrais (ITR) individuais e consolidadas não foram alteradas em relação àquelas apresentadas na Demonstração Financeira Padrão (DFP) do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Nos casos em que as notas explicativas destas ITR não se encontram apresentadas de forma completa, por razão de redundância de informação em relação ao apresentado na Demonstração Financeira Padrão (DFP) do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, as informações completas devem ser lidas na correspondente nota explicativa da DFP anual. A numeração das notas explicativas deste ITR é a mesma da DFP anual.

As informações contábeis individuais (controladora) foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - "Demonstração Intermediária", e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 - *Interim Financial Information*, que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de ITR.

A referida Orientação OCPC 04, emitida pelo CPC, trata de determinados assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas investidas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento de receita e estimativa de margem de obra

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto usam o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária, para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos.

Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado.

(b) Contingências

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, podem afetar adversamente a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, independentemente do resultado final.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto poderão periodicamente ser fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.2 Julgamentos na adoção de política contábil

(a) Reconhecimento de receita

Para fins de aplicação da política contábil de reconhecimento de receita, a administração segue a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contabilidade (CFC).

Os empreendimentos em construção estão sob a égide da Lei de Incorporação Imobiliária (Lei nº 4.591/64), os quais, por força desse mandamento legal, atendem aos exemplos referidos no item 22 da OCPC 04, julgando que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das unidades imobiliárias vendidas (item 14 do CPC 30 (R1)) são transferidos continuamente aos compradores ao longo da construção do empreendimento de incorporação imobiliária. Essa determinação requer um julgamento significativo por parte da administração.

Mediante esse julgamento, a apropriação da receita dos empreendimentos de incorporação imobiliária é feita pelo método do percentual de conclusão da obra (POC). Esse percentual, conforme estabelecido pela Resolução CVM nº 963/2003, é encontrado pela proporção dos custos incorridos até o momento da apuração, em relação ao custo total previsto até a conclusão da obra.

Caso a OCPC 04 não tivesse sido emitida e a conclusão da aplicação da ICPC 02 tivesse sido de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das unidades imobiliárias não sejam transferidos continuamente aos compradores ao longo da construção do empreendimento de incorporação imobiliária, os maiores impactos nas demonstrações financeiras seriam a redução do patrimônio líquido e impactos no lucro líquido do exercício de forma transitória, uma vez que o reconhecimento da receita e dos correspondentes custos e impostos se daria por ocasião da entrega das chaves.

(b) Reconhecimento de receita - responsabilidade pela contratação e pagamento da comissão de corretagem

O encargo relacionado com a comissão de vendas é de responsabilidade do adquirente do imóvel, não incorporando o preço de venda fixado nos contratos firmados com os adquirentes do imóvel e a correspondente receita reconhecida pela Companhia. A administração da Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, posicionamento do Ministério Público que vem requerendo junto às empresas de corretagem que conste informação clara e precisa nas propostas para aquisição de imóvel que a responsabilidade pelo pagamento da comissão de corretagem não é do adquirente do imóvel, tendo inclusive já firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com uma das empresas de corretagem do mercado, para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras, sendo que já temos decisões favoráveis pelo Ministério Público.

Adicionalmente, também acompanham os movimentos que ocorrem no setor em relação a esse assunto, de forma a reavaliar de forma constante os impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

(c) Perdas estimadas - indenizações decorrentes da entrega de unidades imobiliárias em atraso

A Lei nº 4.591 de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre as incorporações imobiliárias, e os contratos de venda das unidades imobiliárias dispõem de tolerância de 180 dias de atraso em relação ao prazo de entrega previsto nos referidos contratos das unidades vendidas em construção. Ocorre, porém, que os contratos firmados até meados de 2011 não fixam nenhuma multa ou outra penalidade à Companhia e suas controladas e controladas em conjunto por atrasos superiores à referida tolerância. Os contratos firmados a partir do segundo semestre de 2011 passaram a conter penalidade correspondente a 2% dos valores recebidos, atualizados de acordo com variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) e, após a conclusão da construção e entrega das unidades vendidas, elas serão corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), acrescido de 0,5% ao mês decorrido de atraso após a tolerância de 180 dias (Nota 6).

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto vêm acompanhando, juntamente com seus assessores legais, os processos que vêm sendo movidos individualmente por cada adquirente que

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

tenha recebido sua unidade adquirida em construção em prazo superior ao da referida tolerância, requerendo as referidas compensações, bem como indenização por danos morais e materiais, e determina perdas específicas para os mesmos com base em análises individuais dos processos (Nota 22(b)).

Alguns empreendimentos foram entregues e/ou possuem datas previstas de entrega diferente das datas originalmente previstas no momento da venda das unidades. Em consequência, é provável que seja concedida redução de preço ou efetuado o pagamento de encargos para esses clientes (Nota 6).

(d) Adoção de políticas contábeis

Conforme mencionado na Nota 1, a administração vem tomando ações para efetuar a gestão de seu endividamento e obtenção dos recursos necessários para finalizar o desenvolvimento dos seus projetos em andamento, cujo custo total orçado para finalização desses empreendimentos monta R\$ 106.287 (R\$ 104.328 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 30), bem como para retomar a lucratividade, através da redução de custos e despesas e a retomada do ritmo das obras dos projetos em andamento, mantendo assim a continuidade das operações da Companhia e de suas controladas, e acredita que essas ações serão suficientes para melhorar a estrutura de capital da Companhia e a geração de caixa necessário para a sua continuidade.

Consequentemente, a administração preparou as informações contábeis trimestrais utilizando políticas contábeis aplicáveis a empresas com continuidade de operações (*on a going-concern basis*), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Em 28 de maio de 2014, o IASB divulgou IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, que exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 terá nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

A Companhia ainda não avaliou os impactos da nova norma, mas não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis pelo fato de praticamente não ter obras em andamento. Outro ponto crucial nessa análise será com relação aos distritos, pois podem ocorrer alterações na Lei, as quais mudaram a análise de riscos em relação a manutenção do POC e a apropriação da receita somente na entrega das chaves.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Risco de mercado, crédito e liquidez

Não houve alteração nos fatores de risco de mercado e na política de gestão desses riscos em relação ao descrito na Demonstração Financeira Padrão apresentada em 31 de dezembro de 2016.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 30 de junho de 2017.

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos	636.334	22.734	-	659.068
Debêntures	405.564	-	-	405.564
Coobrigação na cessão de recebíveis	8.137	871	4.191	13.199
Certificados de recebíveis imobiliários	16.713	-	-	16.713
Credores por imóveis compromissados	9.861	-	-	9.861
Em 30 de junho de 2017	<u>1.076.609</u>	<u>23.605</u>	<u>4.191</u>	<u>1.104.405</u>
Empréstimos e financiamentos	577.792	37.756	-	615.548
Debêntures	426.333	-	-	426.333
Coobrigação na cessão de recebíveis	8.250	1.677	4.235	14.162
Certificados de recebíveis imobiliários	16.236	-	-	16.236
Credores por imóveis compromissados	9.861	-	-	9.861
Em 31 de dezembro de 2016	<u>1.038.472</u>	<u>39.433</u>	<u>4.235</u>	<u>1.082.140</u>

(b) Análise de sensibilidade de variação em taxas de juros e outros indexadores dos ativos e passivos financeiros

Cenário	Percentual		
	Provável (esperado)	Possível stress 25%	Remoto stress 50%
Queda CDI	10,97	8,23	5,49
CDI	10,97	13,71	16,46
IGP-M	4,88	6,10	7,32
INCC	5,35	6,69	8,03
TR	1,25	1,56	1,88
IPCA	4,66	5,83	6,99

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dados consolidados	30 de junho de 2017		31 de dezembro de 2016		Valores para 2017			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Aplicações financeiras (Nota 5) 96% a 105% do CDI	5.083 5.083		9.458 9.458		Queda do CDI	558	418	279
Contas a receber de clientes (Nota 6) IGP-M INCC	366.668 278.378 88.290		401.013 305.856 95.157		Alta do IGP-M Alta do INCC	13.585 4.724	16.981 5.904	20.377 7.085
Conta corrente com parceiros nos Empreendimentos (Nota 9) IGP-M	18.919 18.919		23.276 23.276		Alta do IGP-M	923	1.154	1.385
Empréstimos e financiamentos (Nota 14) TR CDI IPCA IGP-M		659.068 348.571 284.337 17.447 8.713		615.548 318.049 271.363 17.448 8.688	Alta da TR Alta do CDI Alta do IPCA Alta do IGP-M	4.357 31.192 813 425	5.446 38.990 1.016 531	6.536 46.788 1.220 638
Debêntures (Nota 14) TR CDI		405.564 191.621 213.943		426.333 215.612 210.721	Alta da TR Alta do CDI	2.395 23.470	2.994 29.337	3.593 35.204
Certificados de recebíveis imobiliários (Nota 14) CDI IGP-M		16.713 11.590 5.123		16.236 11.113 5.123	Alta do CDI Alta do IGP-M	1.271 250	1.589 313	1.907 375
Partes relacionadas (Nota 20) CDI		106.165 106.165		100.800 100.800	Alta do CDI	11.646	14.558	17.469
Credores por imóveis compromissados (Nota 18) INCC		9.861 9.861		9.861 9.861	Alta do INCC	528	659	791

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade operacional, fortalecendo seu *rating* de crédito perante as instituições financeiras, a fim de suportar os negócios e reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base em índice que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos e debêntures, ambos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, dos ativos financeiros valorizados ao valor justo por meio do resultado e das contas vinculadas. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Referidos índices, de acordo com as informações financeiras consolidadas, podem ser assim sumariados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimos e financiamentos	259.658	254.926	659.068	615.548
Debêntures	405.564	426.333	405.564	426.333
Coobrigação recebíveis	4.792	4.792	13.199	14.162
Certificados de recebíveis	16.713	16.236	16.713	16.236
Partes relacionadas	-	-	106.165	100.800
	686.727	702.287	1.200.709	1.173.079
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(393)	(402)	(29.396)	(33.081)
Dívida líquida	686.334	701.885	1.171.313	1.139.998
Patrimônio líquido	(623.559)	(509.494)	(623.559)	(509.494)
Patrimônio líquido e dívida líquida	62.775	192.391	547.754	630.504
Percentual	1.093,32	364,82	213,84	180,81

(d) Estimativa do valor justo

Não ocorreram mudanças quanto ao critério ou técnica de mensuração dos valores justos em relação aos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, pelo fato de a natureza dos valores mensurados ao valor justo não ter sido alterada, também a referência utilizada (preços cotados ou não) não sofreu alteração.

(e) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às garantias correspondentes:

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Unidades entregues				
Com alienação fiduciária	-	-	283.039	311.172
Sem alienação fiduciária	324	322	2.357	2.525
	324	322	285.396	313.697
Unidades em construção				
Com alienação fiduciária	-	-	91.574	98.471
Contas a receber de clientes	324	322	376.970	412.168
Perdas estimadas para devedores duvidosos	(324)	(322)	(10.302)	(11.155)
Contas a receber de clientes	-	-	366.668	401.013

Do total do contas a receber de unidades concluídas, R\$ 240.266 encontram-se vencidas (Nota 6), motivado, principalmente, pelos atrasos nos repasses de financiamento das instituições financeiras para os promitentes compradores, os quais não tomam posse do imóvel enquanto não houver a quitação do preço com base no financiamento por ele obtido e por ações judiciais ainda não resolvidas.

Conseqüentemente, o maior risco dessa carteira corresponde ao distrato da venda efetuada, com a retomada da unidade para os estoques disponíveis para comercialização (Nota 7). Baseado na experiência passada e na velocidade de venda de cada um dos empreendimentos, foi efetuada análise das prováveis perdas na margem em função da ocorrência de distratos e foi constituída uma perda estimada correspondente à margem de lucro nas operações, integrante das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 6.

5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa e bancos conta-movimento	392	396	24.313	23.623
Fundo de investimento	-	2	5.082	9.096
Aplicação automática	1	4	1	362
Total de caixa e equivalentes de caixa	393	402	29.396	33.081

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldo a receber empreendimentos concluídos	324	322	285.396	313.697
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(324)	(322)	(7.018)	(7.841)
Saldo líquido a receber dos empreendimentos concluídos	-	-	278.378	305.856
Total da carteira a receber dos empreendimentos em construção	-	-	174.466	187.637
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(3.284)	(3.314)
(+) Parcelas recebidas	-	-	59.600	50.445
(=) Vendas contratadas atualizadas	-	-	230.782	234.768
(-) Venda contratada a apropriar	-	-	(82.892)	(89.166)
(=) Receita apropriada	-	-	147.890	145.602
(-) Parcelas recebidas	-	-	(59.600)	(50.445)
Saldo líquido a receber dos empreendimentos em construção	-	-	88.290	95.157
Contas a receber de vendas apropriadas (concluídos e em construção)	-	-	366.668	401.013
Outras contas a receber e serviços	15.955	16.359	16.131	16.536
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(10.304)	(10.304)	(10.481)	(10.481)
Contas a receber de outras operações	5.651	6.055	5.650	6.055
Total do contas a receber	5.651	6.055	372.318	407.068
(-) Circulante	(5.651)	(6.055)	(354.172)	(386.336)
Não circulante	-	-	18.146	20.732

Os valores estão atualizados, conforme cláusulas contratuais, a saber:

- até a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Nacional de Construção Civil (INCC);
- após a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), acrescidos de juros de 12% ao ano, apropriados de forma *pro rata temporis* e registrados como receita financeira no resultado do exercício.

As contas a receber de imóveis não concluídos foram mensuradas a valor justo das contraprestações a receber, considerando o custo médio ponderado de encargos financeiros que a Companhia incorre em suas captações, desconsiderando o efeito da inflação no período (expectativa da variação do IGP-M nos próximos 12 meses – suavizada, divulgada pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil). Todavia, caso a

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

taxa de remuneração da NTN-B seja maior, utiliza-se a maior taxa apurada.

A taxa de juros praticada para as contas a receber de imóveis concluídos é considerada idêntica às taxas usuais de mercado, motivo pelo qual estão apresentadas a seu valor justo. As contrapartidas da reversão do valor justo ocorrem até a data da entrega das chaves, sendo, desta forma, revertidas em contrapartida da receita de incorporação imobiliária.

Cronograma previsto de recebimento do total da carteira de recebíveis, deduzida das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente, por ano:

		Consolidado			
		Imóveis		30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Ano - descrição	Concluídos	Construção	Total	Total	
Vencidos	240.266	154.513	394.779	430.752	
A vencer					
2017	17.938	1.039	18.977	22.547	
2018	4.066	8.273	12.339	12.479	
2019	3.921	1.045	4.966	5.247	
2020 em diante	12.187	6.312	18.499	19.154	
	<u>278.378</u>	<u>171.182</u>	<u>449.560</u>	<u>490.179</u>	

Conforme mencionado na Nota 1, ocorreram atrasos na entrega dos empreendimentos, os quais refletiram diretamente na expectativa de recebimento da carteira de recebíveis. Em virtude da revisão dos prazos de entrega de obras, houve um deslocamento na expectativa de realização de parcela do contas a receber de clientes, tendo sido constituída perdas estimadas para indenização a clientes, no montante de R\$ 6.600 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 6.871).

A Companhia possui empreendimentos concluídos, estando os clientes em processo de obtenção de financiamento dos imóveis junto às instituições financeiras, em taxas mais atrativas que aquelas estabelecidas nos contratos de venda firmados com a Companhia (em geral, estão sujeitas a variação do IGP-M, acrescida de juros de 12% ao ano). Em virtude da morosidade desse processo, parcela significativa do contas a receber de imóveis concluídos encontra-se pendente de realização financeira.

Para cobrir riscos desses repasses não virem a ser efetivados e a venda ser distratada, retornando a unidade imobiliária para os estoques de imóveis a comercializar, a administração constituiu perdas estimadas para distratos, que cobre a margem de lucro reconhecida nas operações em que a administração estima que haja riscos que sejam distratadas. Essa estimativa é realizada com base em informações históricas e projeções individuais por empreendimento. As perdas estimadas constituídas sobre a margem de operações que poderão ser distratadas montam em R\$ 420 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 647) a qual representa a margem de lucro sobre operações de venda que totalizaram R\$ 41.294 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 20.421). Ocorreu uma diminuição de perdas estimadas para distratos no montante de R\$ 227, sendo que o valor de distratos de contratos de venda atualizados atingiu o montante de R\$ 14.790 no trimestre.

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa nas contas a receber pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Perdas	10.628	10.626	13.763	14.118
Distratos (margem)	-	-	420	647
Indenização	-	-	6.600	6.871
	<u>10.628</u>	<u>10.626</u>	<u>20.783</u>	<u>21.636</u>
Empreendimentos concluídos			7.018	7.841
Empreendimentos em construção			3.284	3.314
Demais contas a receber			<u>10.481</u>	<u>10.481</u>
			<u>20.783</u>	<u>21.636</u>

Abaixo está o quadro com o movimento das perdas estimadas de contas a receber:

Descrição	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	(610)	(15.497)
Perdas estimadas de margem para distratos	-	(1.084)
Reversão perdas estimadas para indenização	-	256
Perdas estimadas	<u>(10.010)</u>	<u>(12.116)</u>
Em 30 de junho de 2016	(10.620)	(28.441)
Reversão perdas estimadas de margem para distratos	-	1.759
Reversão perdas estimadas para indenização	-	1.763
Perda efetiva	-	2.750
Perdas estimadas / Reversão perdas estimadas	<u>(6)</u>	<u>533</u>
Em 31 de dezembro de 2016	(10.626)	(21.636)
Reversão perdas estimadas de margem para distratos	-	227
Reversão perdas estimadas para indenização	-	271
Perdas estimadas / Reversão perdas estimadas	<u>(2)</u>	<u>355</u>
Em 30 de junho de 2017	<u>(10.628)</u>	<u>(20.783)</u>

A Companhia possui clientes ativos com ações judiciais, porém não necessariamente são exigidos distratos para tais ações, assim a Companhia atua juntamente com seus advogados e os seus clientes para resolução dos processos e conseguir receber os saldos em aberto. O quadro abaixo demonstra o saldo do contas a receber que está no contencioso jurídico:

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Descrição</u>	<u>Concluído</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>
Vencido	168.411	78.657	247.068
A vencer	11.329	4.342	15.671
Em 30 de junho de 2017	179.740	82.999	262.739

Na nota 22 (b) a Companhia mantém em 2017 uma provisão de R\$ 78.364 para prováveis indenizações a clientes que possuem ações judiciais.

7 Imóveis a comercializar

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Terrenos para incorporação	2.670	2.670	225.352	233.814
Imóveis em construção	-	-	66.931	54.687
Imóveis concluídos	-	-	237.407	237.628
Adiantamentos a fornecedores	-	-	173	179
	2.670	2.670	529.863	526.308
(-) Impairment imóveis concluídos (i)	-	-	(25.921)	(25.673)
(-) Impairment terrenos (i)	(2.670)	(2.670)	(57.308)	(57.528)
	(2.670)	(2.670)	(83.229)	(83.201)
	-	-	446.634	443.107
Circulante	-	-	(314.821)	(304.252)
Não circulante	-	-	131.813	138.855

- (i) Devido a estratégias adotadas pela Companhia com relação a reprecificação de estoque e avaliações de terrenos por valor de venda.

O quadro abaixo demonstra a composição dos custos incorridos dos empreendimentos em construção:

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Custo incorrido acumulado	163.348	197.497
Custo apropriado às unidades vendidas	(117.323)	(157.765)
Juros capitalizados	75.622	82.858
Juros capitalizados apropriado às unidades vendidas	(54.716)	(67.903)
No fim do exercício/período	66.931	54.687

A movimentação e o saldo dos juros capitalizados nos estoques encontram-se apresentados na Nota 14.

8 Créditos diversos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Adiantamentos a fornecedores	596	582	2.373	2.426
Depósito judicial	1.444	1.428	6.049	5.918
Repasses sobre financiamentos indevidos (*)	-	-	400	4.151
Adiantamento a funcionários	52	94	78	162
Outros	3	3	1.106	1.105
Perdas estimadas para créditos diversos	(510)	(510)	(730)	(730)
	<u>1.585</u>	<u>1.597</u>	<u>9.276</u>	<u>13.032</u>

(*) Amortizações realizadas pelos bancos financiadores de alguns empreendimentos após a solicitação do pedido de recuperação judicial, sendo que a Companhia recorreu judicialmente para que os valores sejam devolvidos, e futuramente amortizados com a aprovação do plano de recuperação judicial. Parte dos valores foram devolvidos em conta vinculada durante o 2º trimestre de 2017.

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Conta corrente com parceiros nos empreendimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Zappi Construções e Empreend. Imobiliários Ltda.	14.198	14.198	14.198	14.198
CTS Empreend. Imob. Ltda.	-	-	17.624	17.871
Meta Holding S.A.	1.036	983	1.036	983
Outros	946	945	946	945
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(16.180)	(16.126)	(33.804)	(33.977)
	-	-	-	20
Menin Incorporadora Ltda. (i)	4.831	9.862	4.831	9.862
Orbhitz Engenharia e Construtora Ltda. (i)	7.843	7.497	7.843	7.497
L. Priori Incorporações Ltda. (i)	6.245	5.897	6.245	5.897
	18.919	23.256	18.919	23.256
Não circulante	18.919	23.256	18.919	23.276

- (i) A Companhia participa do desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária em conjunto com outros parceiros, mediante participação societária ou por meio da formação de consórcios. A estrutura de administração destes empreendimentos e a gerência de caixa são centralizadas na Viver Incorporadora e Construtora S.A., que fiscaliza o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, o líder do empreendimento assegura que as aplicações de recursos necessários sejam feitos e alocados de acordo com o planejado. Os saldos estão sujeitos a encargos financeiros contratuais, correspondentes à variação do IGP-M acrescidos de juros que variam entre 9% e 12% ao ano e não possuem vencimento predeterminado. O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos empreendimentos em que se encontram aplicados os recursos é de 36 meses, sempre com base nos projetos e cronogramas físico-financeiros de cada obra. Os recursos financeiros são aplicados diretamente nos empreendimentos imobiliários em desenvolvimento em conjunto com os parceiros. O recebimento destes valores ocorrerá por meio da realização dos recebíveis de cada empreendimento imobiliário.

A movimentação nas perdas estimadas para perdas pode ser assim demonstrada:

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	(8.975)	(24.975)
Complemento de perdas estimadas	(3.600)	(4.019)
Em 30 de junho de 2016	(12.575)	(28.994)
Complemento de perdas estimadas	(3.551)	(4.983)
Em 31 de dezembro de 2016	(16.126)	(33.977)
Complemento / Reversão de perdas estimadas	(54)	173
Em 30 de junho de 2017	(16.180)	(33.804)

10 Impostos e contribuições a compensar

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto detêm impostos a recuperar (tributos federais) nos montantes a seguir descritos, os quais serão objeto de compensação com tributos vincendos e/ou de restituição e compensação com débitos parcelados, conforme previsto na legislação tributária:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
PIS	97	65	1.052	1.006
COFINS	433	285	4.853	4.645
CSLL	422	408	459	446
IRPJ	1.125	1.525	1.709	1.975
IRRF s/ aplicações financeiras	-	1	1.395	1.354
Outros	22	24	1.212	1.126
	2.099	2.308	10.680	10.552
Circulante	(823)	(1.173)	(4.972)	(4.985)
Não circulante	1.276	1.135	5.708	5.567

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos, provisão para passivo a descoberto e ativos destinados à venda

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Investimentos em controladas e controladas em conjunto	507.955	590.174	8.607	30.091
Provisão para passivo a descoberto (b)	(20.940)	(17.646)	(181)	(181)
Investimentos (a)	487.015	572.528	8.426	29.910
Reclassificação para o passivo	20.940	17.646	181	181
Encargos financeiros apropriados (*)	27.095	26.489	-	-
	<u>535.050</u>	<u>616.663</u>	<u>8.607</u>	<u>30.091</u>

(*) A sociedade controladora efetua a captação de recursos financeiros sujeitos a juros, os quais são aplicados nas sociedades controladas e controladas em conjunto para financiamento de seus empreendimentos imobiliários. Os encargos financeiros desses recursos captados pela controladora e relacionados com as unidades imobiliárias em estoques nas sociedades controladas e controladas em conjunto são apresentados nesta rubrica. No balanço patrimonial consolidado, foram reclassificados para a rubrica de imóveis a comercializar, cuja movimentação encontra-se apresentada na Nota 14.

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Movimentação dos investimentos

Controlada	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Aumento de capital (redução)	Lucros distribuídos	Equivalência patrimonial	30 de junho de 2016	Saldo em 31 dezembro de 2016	Aumento de capital (redução)	Lucros distribuídos	Equivalência patrimonial	30 de junho de 2017
Viver Desenvolvimento Imobiliário Ltda. - Em recuperação judicial	88.496	81	-	(33.811)	54.766	29.943	-	-	(27.930)	2.013
Viver Empreendimentos Ltda. - Em recuperação judicial	629.152	7.607	-	(30.633)	606.126	520.860	-	-	(32.942)	487.918
Viver Participações Ltda. - Em recuperação judicial	(107)	-	-	(1)	(108)	(109)	-	-	-	(109)
Viver Vendas Ltda. - Em recuperação judicial	(3.927)	-	-	(128)	(4.055)	(4.090)	-	-	(3.222)	(7.312)
Inpar Investimentos II S.A. - Em recuperação judicial	(8.038)	-	-	(43)	(8.081)	(8.080)	-	-	(22)	(8.102)
Viver Desenvolvimento e Construção Imobiliário Ltda. - Em recuperação judicial	(4.130)	-	-	(129)	(4.259)	(5.208)	-	-	(50)	(5.258)
Inpar Projeto 126 SPE Ltda. - Em recuperação judicial	3.136	4	-	(46)	3.094	3.083	-	-	2	3.085
Inpar Projeto 39 SPE Ltda. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	134	-	-	134
Inpar Projeto 50 SPE Ltda. - Em recuperação judicial	6.219	-	-	-	6.219	6.219	-	-	1	6.220
Sociedades controladas	710.801	7.692	-	(64.791)	653.702	542.618	134	-	(64.163)	478.589
Controladas em conjunto pela Viver Empreendimentos Ltda. - Em recuperação judicial	34.341	(7.688)	-	(788)	25.865	25.866	-	-	(21.508)	4.358
Inpar Projeto 33 SPE Ltda.	64	-	(17)	-	47	43	-	-	(1)	42
Inpar Projeto 107 SPE Ltda.	79	-	-	(1)	78	78	-	-	-	78
Inpar Projeto 110 SPE Ltda.	2.952	-	-	(5)	2.947	2.946	-	-	13	2.959
Tibério - Inpar Projeto 133 SPE Ltda.	79	-	(32)	6	53	52	-	-	(1)	51
Tibério - Inpar Proj. Res. Guarulhos SPE Ltda.	743	-	(24)	13	732	315	-	-	(3)	312
Tibério - Inpar Proj. Res. ER-Barueri SPE Ltda.	(160)	-	-	1	(159)	(159)	-	-	-	(159)
Tibério - Inpar Projeto Residencial Ernesto Igel SPE Ltda.	1.129	-	-	45	1.174	769	-	-	16	785
Tibério Inpar Projeto Res. São Bernardo do Campo SPE XI Ltda.	2.305	-	-	192	2.497	-	-	-	-	-
Termesso Empreendimentos Imob. Ltda.	4.081	-	-	168	4.249	-	-	-	-	-
Empéu Empreendimentos Imob. Ltda.	(1.665)	-	-	137	(1.528)	-	-	-	-	-
Sociedades controladas em conjunto	43.948	(7.688)	(73)	(232)	35.955	29.910	-	-	(21.484)	8.426
Total	754.749	4	(73)	(65.023)	689.657	572.528	134	-	(85.647)	487.015

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Provisão para perdas

A Companhia assume as obrigações relacionadas com as suas controladas e controladas em conjunto e, por esse motivo, provisões para perdas para os seguintes investimentos foram constituídas e registradas no passivo circulante:

Empresas	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2016	Acréscimo/ (diminuição)	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	Acréscimo/ (diminuição)	30 de junho de 2017
Inpar Investimentos II S.A. - Em recuperação judicial	8.080	22	8.102	-	-	-
Viver Desenvolvimento e Construção Imobiliário Ltda. - Em recuperação judicial	5.208	50	5.258	-	-	-
Viver Vendas Ltda.	4.090	3.222	7.312	-	-	-
Tibério - Inpar Projeto Residencial ER-Barueri SPE Ltda.	159	-	159	159	-	159
Viver Participações Ltda. - Em recuperação judicial	109	-	109	-	-	-
PMCS Participações S.A.	-	-	-	22	-	22
Enipeu Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	17.646	3.294	20.940	181	-	181

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
No início do ano	6.103	8.016	7.601	11.739
Depreciação	(766)	(829)	(818)	(875)
Baixa de imobilizado	-	(4)	(47)	(2.141)
No final do período	<u>5.337</u>	<u>7.183</u>	<u>6.736</u>	<u>8.723</u>

A Companhia e suas controladas avaliaram que não ocorreram circunstâncias no exercício que levassem a necessidade de alteração da vida útil-econômica desses ativos e, portanto, concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas.

13 Intangível

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
No início do ano	9.083	11.254	9.184	11.420
Baixa	-	-	(1)	-
Amortizações	(1.086)	(1.086)	(1.117)	(1.118)
No final do período	<u>7.997</u>	<u>10.168</u>	<u>8.066</u>	<u>10.302</u>

14 Empréstimos e financiamentos, Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários

A composição dos empréstimos e financiamentos, debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários líquido dos custos de transação está apresentada a seguir:

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Indexador	Taxa de juros e comissões anuais	Controladora		Consolidado	
			30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimos e financiamentos						
SFH	TR	8,30% até 11,60%				
Capital de giro CCB, CCI e outros	CDI	Acima 3,75%	192.556	187.778	348.571	317.981
Projetos - CCB	CDI	Até 6,5%	40.942	40.944	192.557	187.778
Projetos - CCB	IPCA	Até 13%	17.447	17.448	91.780	83.585
Projetos - CCB/CCI	IGP-M	Até 12%	8.713	8.688	17.447	17.448
Leasing		Até 2,82%		68	8.713	8.688
			259.658	254.926	659.068	615.548
Debêntures						
Emissão 18 de janeiro de 2011 (a)	TR	8,77%	191.621	215.612	191.621	215.612
Emissão 24 de junho de 2011 (b)	DI	5,75%	91.488	88.248	91.488	88.248
Emissão 1º de outubro de 2013 (c)	DI	2%	122.455	122.473	122.455	122.473
			405.564	426.333	405.564	426.333
Certificados de recebíveis imobiliários						
Emissão 01 de setembro de 2011 (d)	DI	115% da taxa DI	11.590	11.113	11.590	11.113
Emissão 21 de maio de 2012 (e)	IGP-M	12%	5.123	5.123	5.123	5.123
			16.713	16.236	16.713	16.236
Total dívidas			681.935	697.495	1.081.345	1.058.117
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Debêntures			(663.591)	(679.150)	(1.058.611)	(1.020.361)
Certificados de recebíveis imobiliários			(241.314)	(236.581)	(636.334)	(577.792)
			(405.564)	(426.333)	(405.564)	(426.333)
			(16.713)	(16.236)	(16.713)	(16.236)
Não circulante			18.344	18.345	22.734	37.756
Empréstimos e financiamentos			18.344	18.345	22.734	37.756

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
2018	18.344	18.345	22.734	37.756
	<u>18.344</u>	<u>18.345</u>	<u>22.734</u>	<u>37.756</u>

Os prazos de vencimentos e os valores das dívidas da tabela acima serão negociados no plano de Recuperação Judicial. Ainda devido ao pedido de recuperação judicial em setembro de 2016, as dívidas concursais que formam parte do saldo do quadro acima não estão sendo atualizadas pelos seus respectivos índices estabelecidos em contratos e também não poderão ser amortizadas até a aprovação do plano de recuperação judicial, conforme estabelecido pela Lei. Contudo, devido a decisão ocorrida em 12 de junho de 2017, a qual definiu a retirada do processo de Recuperação Judicial das empresas com o Patrimônio de Afetação, a Companhia entendeu ser necessário neste momento apropriar os encargos financeiros das empresas com o Patrimônio Afetado, mas conforme exposto a decisão está em fase de recurso.

Como garantia dos empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia, foram outorgadas alienação fiduciária de direitos aquisitivos sobre imóveis, alienação fiduciária de direitos de participação acionária no capital social de sociedades controladas e controladas em conjunto, alienação fiduciária de imóveis, caução de direitos aquisitivos sobre imóveis e cessão fiduciária de quotas.

(a) Emissão em 18 de janeiro de 2011 (primeira emissão)

A Companhia obteve aprovação de seu primeiro programa de emissão pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real e garantia flutuante no montante de R\$ 300.000 na quantidade de 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 cada.

Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados exclusivamente no financiamento de empreendimentos imobiliários e que atenderam aos critérios de elegibilidade.

As garantias compreendem cessão fiduciária de direitos creditórios e contas bancárias.

Em 2017 foram realizados os pagamentos de R\$ 23.430 de principal e R\$ 10.570 de juros.

(b) Emissão em 24 de junho de 2011 (segunda emissão)

A Companhia obteve aprovação de seu segundo programa de emissão pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real no montante de R\$ 100.000 na quantidade de 10.000 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 10.000 cada.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia foram destinados ao refinanciamento de dívidas financeiras da Companhia e de controladas e controladas em conjunto.

As garantias compreendem alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia e de controladas e controladas em conjunto.

Notas Explicativas

Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Emissão em 1º de outubro de 2013

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de agosto de 2013, foi autorizada a emissão, pela Companhia, de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, de sua 4ª emissão, as quais serão objeto de colocação privada, no montante total de até R\$ 125.000 sujeita a atualização de acordo com a variação acumulada do Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescido de juros de 2% ao ano.

O preço de conversão fixo é de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por ação, ou seja, cada debênture dará direito a quatro ações da Companhia, podendo o mesmo ser efetuado a qualquer momento, até a data de vencimento das debêntures, total ou parcialmente, e a exclusivo critério do debenturista, motivo pelo qual sua emissão estará sendo refletida nas demonstrações contábeis como passivo financeiro.

Exercido o direito de conversão em ações pelo debenturista, as debêntures não terão direito a remuneração e, portanto, a remuneração não integrará o cálculo do preço de conversão.

Em outubro de 2013 ocorreu a emissão de R\$ 105.000 das debêntures previstas, com o recebimento dos valores correspondentes, os quais são destinados a reforço do capital de giro da Companhia. Os gastos com a emissão de debêntures estão registrados como redutores no passivo, os quais estão sendo apropriados ao resultado usando o método de juros efetivos.

Conforme Nota 23, o grupamento das ações refletiu nessa emissão sendo que o preço fixo de conversão passou de R\$ 0,25 para R\$ 25, na proporção de 100 (cem) ações para formar 1 (uma).

Em 2017, ocorreu a conversão de R\$ 11, sendo convertidas 472 ações pelo preço fixo da conversão.

Os gastos com a emissão de debêntures estão registrados como redutores no passivo, os quais estão sendo apropriados ao resultado usando o método de juros efetivos.

(d) Emissão em 1º de setembro de 2011

A Companhia emitiu certificados de recebíveis imobiliários sem garantia real no valor de R\$ 98.400, cujos recursos foram utilizados para a construção e desenvolvimento de empreendimentos.

(e) Emissão em 21 de maio de 2012

A Companhia emitiu certificados de recebíveis imobiliários com garantia em quotas do empreendimento Park Plaza (sociedade controlada Projeto Imobiliário Condomínio Parque Plaza SPE 52 Ltda.), no valor de R\$ 20.000, para a construção e desenvolvimento de empreendimentos.

Encargos financeiros capitalizados

Os encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, cujos recursos são atribuíveis à construção dos empreendimentos, são capitalizadas ao custo de cada empreendimento, de acordo com a utilização dos recursos pelas controladas e controladas em conjunto, e apropriadas ao resultado de acordo com a proporção das unidades vendidas, conforme demonstrado a seguir. Os demais encargos financeiros são alocados ao resultado do exercício quando incorridos.

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Encargos financeiros incorridos	20.229	92.927	60.178	130.273
Encargos financeiros capitalizados (*)	-	(12.198)	(9.605)	(43.427)
Encargos financeiros apropriados ao resultado financeiro (Nota 28)	20.229	80.729	50.573	86.846
	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Encargos financeiros incluídos na rubrica "Imóveis a comercializar"				
Saldo inicial	26.489	70.126	76.005	113.733
Encargos financeiros capitalizados (*)	-	12.198	9.605	43.427
Encargos apropriados ao resultado (Notas 25 e 28)	606	(16.662)	(4.518)	(41.017)
Baixa de encargos financeiros capitalizados por impairment do ativo correspondente (Notas 7 e 29)	-	(39.173)	-	(40.138)
Saldo final (Notas 7 e 11)	27.095	26.489	81.092	76.005

(*) Os encargos financeiros capitalizados são oriundos dos empréstimos captados por meio do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) e de outras linhas de captações, como a emissão de debêntures, utilizadas para aquisição de terrenos destinados a incorporação imobiliária, bem como para o financiamento da construção de empreendimentos. Como consequência das medidas que vêm sendo tomadas pela administração da Companhia, referidas na Nota 1, determinados terrenos deixaram de ter uma data definida para o lançamento do empreendimento correspondente e, como consequência, a partir de maio de 2012, os juros deixaram de ser capitalizados em alguns terrenos considerados como não estratégicos para a Companhia, sendo apropriados diretamente ao resultado financeiro. Os juros capitalizados podem ser assim apresentados, por origem dos correspondentes recursos captados:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Encargos financeiros capitalizados				
Financiamentos e debêntures (corporativos)	-	12.198	-	12.431
Sistema financeiro habitacional	-	-	9.605	30.996
Saldo total (**)	-	12.198	9.605	43.427

(**) Somente estão sendo capitalizados encargos financeiros de empreendimentos em construção.

15 Coobrigação na cessão de recebíveis

As operações de cessão de recebíveis por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCIs) que

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a Companhia reteve os riscos e responsabilidades sobre os créditos cedidos, com a obrigação de recompra de créditos imobiliários inadimplentes (coobrigação), são classificadas no passivo e os saldos estão compostos de acordo com as garantias e taxas de juros:

Garantia	Taxa de desconto - %	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Fidejussória	12,00%	-	-	5.509	6.029
Alienação fiduciária	13,00%	4.792	4.792	4.792	4.792
Garantia fidejussória/Alienação fiduciária	11,25%	-	-	1.851	2.077
Fidejussória	10,95%	-	-	1.047	1.264
		4.792	4.792	13.199	14.162
Circulante		(4.792)	(4.792)	(8.137)	(8.250)
Não circulante		-	-	5.062	5.912

Os saldos do não circulante podem ser assim apresentados por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
2018	871	1.677
2019	1.440	1.462
A partir de 2020	2.751	2.773
	5.062	5.912

16 Fornecedores

Determinados saldos de operações realizadas com fornecedores que estavam vencidos foram negociados. A tabela abaixo demonstra o saldo de fornecedores, considerando a renegociação dos vencimentos:

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Vencidos	6.055	6.021	20.075	15.194
A vencer até 30 dias	645	534	1.117	5.118
A vencer entre 31 e 60 dias	18	1	18	53
A vencer entre 61 e 90 dias	-	1	-	2
A vencer entre 91 e 120 dias	-	1	-	8
A vencer entre 121 e 180 dias	-	2	-	3
A vencer após 180 dias	-	1	-	1
	663	540	1.135	5.185
	6.718	6.561	21.210	20.379

Parte do saldo a pagar aos fornecedores apresentados no quadro acima, que está dentro do processo de Recuperação Judicial, terá novos prazos e valores a serem pagos conforme planos de recuperação judicial a serem aprovados pelos credores.

17 Contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Comissões a pagar (i)	-	-	4.140	4.177
Distratos a pagar	-	-	34.667	30.968
Custos de construção a pagar	-	-	3.173	-
Termo de ajuste de conduta (ii)	-	-	4.155	4.155
Outras contas a pagar	632	567	2.225	3.173
	632	567	48.360	42.473
Circulante	(632)	(567)	(45.692)	(40.841)
Não circulante	-	-	2.668	1.632

- (i) Referentes às vendas de unidades imobiliárias, por prospecção de terrenos ou parceiros para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários e por comissões bancárias.
- (ii) Valor estimado a gastar com Termos de Ajustes de Conduta (TAC) junto a Prefeituras de Nova Lima e Porto Alegre.

Parte do saldo de contas a pagar apresentados no quadro acima, que está dentro do processo de Recuperação Judicial, terá novos prazos e valores a serem pagos conforme planos de recuperação judicial a serem aprovados pelos credores.

O montante a longo prazo refere-se a comissões, que possui a seguinte composição, por ano de vencimento:

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
2018	11	363
2019	23	25
A partir de 2020	2.634	1.244
	2.668	1.632

18 Credores por imóveis comprometidos

Os passivos referem-se a aquisição de terrenos, sendo que o valor consolidado não alterou em comparação com 31 de dezembro de 2016, perfazendo o mesmo montante de R\$ 9.861.

19 Adiantamentos de clientes e outros

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Adiantamentos de clientes incorporações	8	125	2.875	3.361
Permutas físicas (*)	-	-	12.851	12.739
	8	125	15.726	16.100
Circulante	(8)	(125)	(7.379)	(7.753)
Não circulante	-	-	8.347	8.347

(*) Em determinadas operações de aquisição de terrenos, a Companhia realizou permuta física com unidades a construir. Estas permutas físicas foram registradas a valor justo, como estoque de terrenos para incorporação, em contrapartida a adiantamento de clientes, considerando o valor à vista das unidades imobiliárias dadas em dação de pagamento, sendo que estas operações de permuta são apropriadas ao resultado considerando as mesmas premissas utilizadas para o reconhecimento das vendas de unidades imobiliárias.

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Partes relacionadas**(a) Operações de mútuo em conta-corrente**

Descrição (ativo)	Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Agre API Empreendimentos Imobiliários S.A.	5.733	5.586
Tiberio Inpar Proj. Res. Er-Barueri SPE Ltda.	153	153
Inpar Projeto 122 SPE Ltda.	69	69
Inpar Projeto 110 SPE Ltda.	52	52
Projeto Imob. Res. Viver Teresópolis SPE 63 Ltda.	31	31
Inpar Projeto 128 SPE Ltda.	29	29
Inpar Projeto 33 SPE Ltda.	16	20
Total	6.083	5.940

Descrição (Passivo)	Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Paladin Prime Residential Investors (*)	106.165	100.800
Tiberio - Inpar Projeto 107 SPE Ltda.	10	10
Tiberio - Inpar Projeto 133 SPE Ltda.	8	2
Total	106.183	100.812
Circulante	(104.716)	(100.812)
Não circulante	1.467	-

(*) Em 21 de dezembro de 2012 foi obtido empréstimo do acionista Paladin Prime Residential Investors, LLC, no montante de R\$ 25.000, em 2013 ocorreram novas liberações no montante de R\$ 21.600 e em 2014 foram liberados o total de R\$ 9.260, em 2016 R\$ 304 sujeito a juros correspondente a variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). Em 18 de dezembro de 2015 foram firmados aditivos aos contratos correspondentes, postergando o vencimento para 01 de outubro de 2016, porém com advento da Recuperação Judicial o prazo e a forma de pagamento estão estabelecidos no plano proposto e aguardando aprovação dos credores.

Em 07 de fevereiro de 2017 foi recebido R\$ 4.000 da primeira liberação do “Debtor-in-possession financing” DIP, cujo o valor total chegará a R\$ 20.000, esse valor foi celebrado com a Paladin Prime Residential Investors (Brazil) LLC. Em 04 de maio de 2017 foi realizada a segunda liberação de recursos, no valor de R\$ 1.000.

Os saldos das contas mantidos com sociedades controladas e controladas em conjunto representam operações de empréstimos na forma de mútuos em conta-corrente, sem a incidência de encargos financeiros e não possuem vencimento predefinido.

Os saldos a receber pela sociedade controladora correspondem a recursos transferidos para as sociedades controladas e controladas em conjunto, com o objetivo de desenvolvimento dos projetos de incorporação imobiliária naquelas sociedades. Os saldos no passivo correspondem ao recebimento de recursos das sociedades controladas e controladas em conjunto, originários dos recebimentos de clientes pela venda dos empreendimentos.

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Operações comerciais com sociedades controladas e controladas em conjunto

As operações comerciais realizadas com as controladas e controladas em conjunto destinam-se ao desenvolvimento das atividades de incorporação e construção de empreendimentos. Estas operações poderiam gerar resultado diferente na controladora, caso tivessem sido realizadas com partes não relacionadas, não gerando efeito no resultado consolidado.

Dentre os negócios atuais com as controladas e controladas em conjunto, pode-se destacar: (i) a celebração de contratos de construção de empreendimentos; (ii) contratos de incorporação ou de desenvolvimento conjunto de empreendimentos; (iii) contratos de concessão de garantias recíprocas, são decididos pela administração todos os investimentos em subsidiárias, cujas atividades são controladas pela Companhia.

(c) Remuneração de administradores e diretores

A remuneração paga aos administradores e diretores em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 839 (30 de junho de 2016 - R\$ 1.180) e encontra-se apropriada no grupo de despesas gerais e administrativas, como a seguir apresentado:

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros (*)	5,00	2,00	3,00	10,00
Salário/pró-labore	-	709	63	772
Benefícios diretos e indiretos	-	65	2	67
Em 30 de junho de 2017	-	774	65	839

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros (*)	4,00	2,00	3,00	9,00
Salário/pró-labore	-	1.033	106	1.139
Benefícios diretos e indiretos	-	39	2	41
Em 30 de junho de 2016	-	1.072	108	1.180

(*) O número de membros foi calculado ponderando o período no qual atuaram na Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 28 de abril de 2017 fixou a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2017 em até R\$ 4.000.

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Obrigações tributárias e trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Encargos trabalhistas	1.688	1.332	2.316	1.800
	<u>1.688</u>	<u>1.332</u>	<u>2.316</u>	<u>1.800</u>
Parcelamento - Lei nº 11.941/09	-	-	3.530	3.581
Parcelamentos tributários	7.495	6.981	22.359	21.894
Parcelamento - Lei nº 12.996/14	1.324	1.300	48.337	47.331
Tributos correntes (i)	293	389	31.643	30.959
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	8.278	9.316
PIS e COFINS diferidos	-	-	9.474	10.714
	<u>10.800</u>	<u>10.002</u>	<u>125.937</u>	<u>125.595</u>
Circulante	(5.811)	(4.076)	(58.622)	(54.434)
Não circulante	<u>4.989</u>	<u>5.926</u>	<u>67.315</u>	<u>71.161</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
2018	1.212	2.319	13.206	19.238
2019	1.961	1.873	9.985	9.649
2020	914	871	7.298	6.994
A partir de 2021	902	863	36.826	35.280
	<u>4.989</u>	<u>5.926</u>	<u>67.315</u>	<u>71.161</u>

- (i) Os tributos correntes incluem parcelas vencidas, acrescidos de juros e multa, no montante de R\$ 29.217 (31 de dezembro de 2016: R\$ 25.391), para os quais a administração planeja ingressar em processo de parcelamento.

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Imposto de renda e Contribuição Social diferidos e PIS e COFINS diferidos

Descrição	Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
No início do exercício	9.316	14.259
Ajustes	53	
Despesas (receitas) no resultado	(1.091)	(1.056)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.278	13.203
PIS e COFINS diferidos	9.474	15.174
Tributos diferidos	17.752	28.377

(b) Reconciliação entre o encargo consolidado de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(113.670)	(163.639)	(113.996)	(163.251)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Resultado de participações societárias	85.647	65.023	21.484	232
Base de cálculo	(28.023)	(98.616)	(92.512)	(163.019)
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Encargo (crédito) nominal	(9.528)	(33.529)	(31.454)	(55.426)
Crédito não constituído	9.528	33.529	9.528	33.529
Efeito de controladas e controladas em conjunto tributadas pelo lucro presumido e RET	-	-	21.700	21.101
Imposto de renda e contribuição social	(406)	-	(226)	(796)
Corrente	(406)	-	(1.317)	(1.852)
Diferido	-	-	1.091	1.056
Imposto de renda e contribuição social	(406)	-	(226)	(796)

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Provisões

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisão para garantia de obra (a)	-	-	3.426	3.857
Provisão para demandas judiciais (b)	7.128	6.863	116.139	102.356
	7.128	6.863	119.565	106.213
Circulante	-	-	(2.840)	(2.723)
Não circulante	7.128	6.863	116.725	103.490

(a) Provisão para garantia de obra

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
No início do exercício	3.857	4.693
Complemento (reversão) de provisão	(431)	(836)
No fim do exercício	3.426	3.857

A provisão para garantias é constituída para fazer face a eventuais desembolsos para cobrir gastos durante o período de garantia dos empreendimentos, que não sejam de responsabilidade ou que, eventualmente, não venha a ser coberto pelas empresas contratadas para realizar a construção do empreendimento.

(b) Provisão para demandas judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Trabalhistas	2.164	2.046	17.265	11.002
Tributárias	-	-	3.842	5.765
Cíveis	1.470	1.394	16.491	15.652
Cíveis - indenizações, multas e outras perdas com clientes	3.494	3.423	78.364	69.764
Ambiental	-	-	177	173
Não circulante	7.128	6.863	116.139	102.356

A movimentação na provisão está demonstrada na tabela a seguir:

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
No início do exercício	6.863	5.775	102.356	63.495
Ajustes de participações societárias	-	-	1.094	-
Complemento (estorno) de provisão (Nota 29)	265	1.088	12.689	38.861
No fim do exercício	<u>7.128</u>	<u>6.863</u>	<u>116.139</u>	<u>102.356</u>

Dentre as provisões trabalhistas, em 30 de junho de 2017, a Companhia e suas controladas são parte em 342 ações judiciais trabalhistas, incluindo as estimativas prováveis, possíveis e remotas, sendo que 88,3% de suas causas referem-se a processos em que o pedido em relação à Companhia é de condenação em responsabilidade subsidiária e solidária, para as quais foi constituída provisão para cobertura das prováveis perdas, cujo saldo em 30 de junho de 2017 é de R\$ 17.265 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 11.002).

Dentre as provisões cíveis, parcela substancial correspondem a ações impetradas por clientes reclamando, entre outros, (i) multas pelo atraso na entrega de unidades imobiliárias; (ii) rescisões contratuais; (iii) cobrança de juros nos contratos firmados e (iv) ações com parceiros.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto vêm acompanhando, juntamente com seus assessores legais, os processos que vêm sendo movidos individualmente por cada adquirente que tenha recebido sua unidade adquirida em construção, em prazo superior aos 180 dias previstos na Lei da Incorporação Imobiliária, requerendo as referidas compensações, bem como indenização por danos morais e materiais, e determina provisões específicas para os mesmos, com base em análises individuais dos processos.

A Companhia também acompanha os movimentos que ocorrem no setor em relação a esse assunto, de forma a reavaliar de forma constante os impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações contábeis. Todas as provisões contábeis necessárias para refletir os efeitos dessas demandas foram realizadas na contabilidade.

Para os processos em andamento que na opinião da administração e de seus assessores legais possuem expectativa de perda classificada como possível, não foi constituída nenhuma provisão. Os montantes destes processos estão demonstrados abaixo:

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Trabalhistas	1.172	11.755	11.636	22.159
Tributárias	-	-	6.498	7.433
Cíveis	18.524	12.184	96.726	32.586
Cíveis - indenizações, multas e outras perda com clientes	8.179	9.547	147.016	164.988
	<u>27.875</u>	<u>33.486</u>	<u>261.876</u>	<u>227.166</u>

23 Patrimônio líquido**23.1 Capital social**

Descrição	Quantidade de ações
Saldo em 31 de dezembro de 2015	340.377.708
Conversão de debêntures	1.041.600
Saldo em 31 de março de 2016	341.419.308
Grupamento de ações - 100 para 1 em 29 de abril de 2016	3.414.193
Saldo em 30 de junho de 2016	3.414.193
Conversão de debêntures	883.931
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.298.124
Conversão de debêntures	472
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>4.298.596</u>

Em 29 de abril de 2016, a Companhia em atendimento ao disposto no Artigo 157, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e na Instrução CVM nº 358/2002 e suas alterações ("ICVM 358/02"), foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o grupamento das 341.419.308 (trezentas e quarenta e um milhões, quatrocentas e dezenove mil e trezentas e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, na proporção de 100 (cem) ações para formar 1 (uma) ação ("Grupamento").

Eventuais frações de ações de titularidade de acionistas da Companhia como resultado do Grupamento foram completadas por frações de ações a serem doadas, direta ou indiretamente, pela acionista Paladin Prime Residential Investors (Brazil) LLC, de forma que cada acionista da Companhia receba a fração necessária para garantir a titularidade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

Em 2017, foram convertidas em ações R\$ 11 das debêntures conversíveis, passando o capital social da Companhia para R\$ 1.319.544, dividido em 4.298.596 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 2016, foram convertidas em ações R\$ 22.388 das debêntures conversíveis, passando o capital social da Companhia para R\$ 1.319.533, dividido em 4.298.124 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O Conselho de Administração da Companhia está autorizado a aumentar o capital social, independentemente de Assembleia Geral ou reforma estatutária, até o limite de 350.000.000 ações.

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2 Gastos com subscrição de ações

O valor de gastos com subscrição de capital, sendo as comissões bancárias e serviços de consultoria financeira, jurídica e de mercado na subscrição de ações realizado em exercícios anteriores totalizam R\$ 37.855.

23.3 Política de dividendos

Segundo disposição estatutária da Companhia, do lucro líquido do exercício 5% serão destinados para reserva legal, limitada a 20% do capital social integralizado e dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido.

24 Prejuízo por ação

O prejuízo básico e diluído por ação em 30 de junho de 2017 é de R\$ 26,54 e R\$ 15,06 (30 de junho de 2016 - prejuízo básico e diluído de R\$ 47,97 e R\$ 20,34).

(a) Prejuízo básico por ação

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>30 de junho de 2016</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(114.076)	(163.639)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>4.298.556</u>	<u>3.411.625</u>
Prejuízo básico por ação - R\$	<u><u>26,53821</u></u>	<u><u>47,96512</u></u>

(b) Prejuízo diluído por ação

	<u>30 de junho de 2017</u>	<u>30 de junho de 2016</u>
Prejuízo do exercício	(114.076)	(163.639)
Despesa financeira das debêntures conversíveis	-	10.044
Prejuízo para determinar o prejuízo diluído por ação	<u>(114.076)</u>	<u>(153.595)</u>
Quantidade média ponderada de ações em circulação	4.298.556	3.411.625
Conversão presumida das debêntures conversíveis (*)	<u>3.276.203</u>	<u>4.140.390</u>
Quantidade de ações para fins do prejuízo diluído	<u>7.574.759</u>	<u>7.552.015</u>
Prejuízo básico por ação - R\$	<u><u>15,0600</u></u>	<u><u>20,3383</u></u>

(*) Ocorreu grupamento de ações em 29 de abril de 2016 (Nota 23).

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Lucro (prejuízo) bruto

Descrição	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Receita de imóveis	3	-	2.461	41.488
Receita de serviços	-	7	-	363
Receita operacional bruta	3	7	2.461	41.851
Impostos incidentes	-	(1)	(23)	(1.503)
Receita operacional líquida	3	6	2.438	40.348
Custo com terreno, incorporação, construção e serviços	-	(76)	(8.061)	(41.321)
Impairment estoque	-	-	26	(7.197)
Encargos financeiros	-	-	(4.518)	(29.072)
Custos dos imóveis	-	(76)	(12.553)	(77.590)
Lucro (prejuízo) bruto	3	(70)	(10.115)	(37.242)
Percentual margem bruta - %	100,00%	-1166,67%	-414,89%	-92,30%
Percentual margem bruta ajustada - % (*)	100,00%	-1166,67%	-229,57%	-20,25%

(*) Excluindo encargos financeiros.

Desde 2014 não ocorreram novos lançamentos. Adicionalmente, a Companhia vem realizando ações para agilizar os processos de repasse de financiamentos das unidades concluídas, as quais geram, indiretamente, aumento dos distratos, com a reversão da margem então apropriada nessas vendas. A reconciliação do lucro bruto com os empreendimentos em construção está demonstrada na Nota 30.

26 Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Salários e encargos	(2.717)	(5.267)	(4.096)	(5.667)
Assessoria e consultoria	(3.104)	(2.723)	(5.787)	(2.942)
Gastos corporativos	(571)	(912)	(826)	(1.166)
Aluguéis	(188)	(384)	(200)	(413)
	(6.580)	(9.286)	(10.909)	(10.188)
Depreciação e amortização	(1.852)	(1.915)	(1.914)	(1.972)
	(8.432)	(11.201)	(12.823)	(12.160)

A Companhia está trabalhando na redução das suas despesas administrativas desde o exercício de 2012 (Nota 1).

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Despesas com comercialização

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Publicidade	-	-	(1.061)	(1.651)
Depreciação estande de vendas e apartamentos decorados	-	-	(21)	(21)
Comissões	-	-	(533)	(609)
Despesas com garantia de obras	-	(1)	(178)	(286)
Perdas estimadas	(1)	(9)	355	133
Outras despesas	-	-	(263)	(740)
	<u>(1)</u>	<u>(10)</u>	<u>(1.701)</u>	<u>(3.174)</u>

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Receitas financeiras				
Juros e atualização monetária	786	2.202	3.945	9.193
Rendimentos em aplicação	12	1	269	233
Outras receitas financeiras	-	-	805	991
	<u>798</u>	<u>2.203</u>	<u>5.019</u>	<u>10.417</u>
Despesas financeiras				
Encargos sobre contratos	(20.229)	(60.151)	(50.573)	(63.609)
Encargos corporativos capitalizados (Nota 14)	-	1.276	-	1.509
Encargos corporativos apropriados (Nota 14)	606	(10.543)	-	-
Multa	(179)	(228)	(505)	(1.704)
Juros	(524)	(647)	(4.952)	(9.685)
Descontos concedidos	-	-	(3.129)	(2.929)
Outras despesas financeiras	(22)	(197)	(3.722)	(5.355)
	<u>(20.348)</u>	<u>(70.490)</u>	<u>(62.881)</u>	<u>(81.773)</u>

Alguns projetos relacionados com determinados terrenos foram paralisados e, como consequência, a partir de maio de 2012 os juros deixaram de ser capitalizados, sendo apropriados diretamente ao resultado financeiro, refletindo na diminuição dos encargos corporativos capitalizados e o aumento das despesas financeiras.

Após a solicitação do pedido de recuperação judicial as dívidas não foram atualizadas, porém conforme decisão mencionada na Nota 1, ocorrida em 12 de junho de 2017, a qual excluiu do processo de recuperação judicial as empresas com o Patrimônio de Afetação, e apesar do recurso em segunda instância em tramitação, a Companhia entendeu ser necessária a apropriação dos encargos financeiros sobre as dívidas do Patrimônio Afetado, as quais geraram um efeito no resultado financeiro consolidado

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do 1º semestre de 2017 de R\$ 31.337.

29 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Outras receitas e despesas operacionais				
Receita de venda de participações societárias	-	4.850	-	12.480
Custo de venda de participações societárias	-	(6.391)	-	(14.710)
Alienação (baixa) de imobilizado	1	4	1	4
Provisão para demandas judiciais (Nota 22)	(265)	(1.453)	(12.689)	(19.609)
Perdas estimadas	(55)	(13.600)	173	(16.269)
Impairment de terreno (nota 7)	-	(2.670)	-	(1.209)
Outras receitas e despesas operacionais	276	212	2.504	226
	<u>(43)</u>	<u>(19.048)</u>	<u>(10.011)</u>	<u>(39.087)</u>

30 Compromissos assumidos em operações de incorporação imobiliária em desenvolvimento

A Companhia, para finalizar os empreendimentos em construção, prevê que sejam incorridos custos nos seguintes montantes:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Unidades vendidas em construção	69.573	72.867
Unidades em estoque em construção	36.714	31.461
Custo orçado a incorrer (*)	106.287	104.328
Estoque de imóveis em construção (Nota 7)	66.931	54.687
Custo total a ser apropriado no futuro	<u>173.218</u>	<u>159.015</u>

(*) Os compromissos de construção não contemplam encargos financeiros e provisão para garantia, os quais são apropriados ao custo dos imóveis, proporcionalmente às unidades imobiliárias vendidas, quando incorridos.

A margem a apropriar relacionada com as unidades vendidas, levando em consideração a estimativa do custo a incorrer com os compromissos assumidos, pode assim ser demonstrada:

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Venda contratada a apropriar (Nota 6)	82.892	89.166
Custo a incorrer nas unidades vendidas (*)	(69.573)	(72.867)
	<u>13.319</u>	<u>16.299</u>
Percentual da margem bruta a apropriar (*)	16,1%	18,3%
Estimativa de impostos (PIS e COFINS) (**)	(3.026)	(3.255)
Despesas com vendas a apropriar	(1.248)	(1.308)
	<u>9.045</u>	<u>11.736</u>
Percentual da margem a apropriar (*)	<u>10,9%</u>	<u>13,2%</u>

(*) Os compromissos de construção não contemplam encargos financeiros e provisão para garantia, os quais são apropriados ao custo dos imóveis, proporcionalmente às unidades imobiliárias vendidas, quando incorridos.

(**) Valor estimado de 0,65% de PIS e 3% para a Cofins.

A variação das vendas contratadas a apropriar comparativamente com 31 de dezembro de 2016 está representada por novas vendas, líquidas de distratos, ocorridas no período, deduzidas da receita apropriada pela evolução dos empreendimentos em construção.

A venda contratada a apropriar não está com ajuste a valor presente, pois o mesmo somente é efetivado para as vendas apropriadas.

O quadro abaixo demonstra os resultados apropriados das unidades vendidas dos empreendimentos em construção:

Notas Explicativas**Viver Incorporadora e Construtora S.A. – Em Recuperação Judicial****Notas explicativas da administração às informações contábeis trimestrais em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita apropriada dos empreendimentos em construção (Nota 6)	147.890	145.602
(-) Vendas canceladas	(20.199)	(17.730)
(-) Perdas estimadas	(3.284)	(3.314)
(-) Contribuições ao PIS e a COFINS	(4.137)	(5.787)
Custo apropriado dos empreendimentos em construção (Nota 7)	(117.323)	(157.765)
Total	2.947	(38.994)
Resultado apropriados em exercícios anteriores	4.540	7.136
Resultado apropriado no exercício	7.487	(31.858)
Provisão para garantia de obra	36	(17)
Encargo financeiro apropriados ao resultado do exercício (Nota 14)	(16.477)	(13.613)
Resultado bruto dos empreendimentos em construção	(8.954)	(45.488)
Resultado bruto dos empreendimentos concluídos e outros	(1.161)	(30.868)
	(10.115)	(76.356)
Margem bruta apropriada - %	-414,89%	425,29%

A diferença entre a margem prevista e a realizada está substancialmente representada pela alocação dos encargos financeiros (Nota 25).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas
Viver Incorporadora e Construtora S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Viver Incorporadora e Construtora S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto pelos assuntos descritos a seguir, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Adicionalmente, em decorrência dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão", não foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão.

Base para abstenção de conclusão

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, em 16 de setembro de 2016 foi ajuizada a Recuperação Judicial da Companhia juntamente com outras sociedades integrantes do grupo societário e o Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento do pedido de Recuperação Judicial em 28 de setembro de 2016. Em 12 de junho de 2017, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento aos agravos dos bancos, determinando, nesse sentido, a exclusão das controladas com Patrimônio de Afetação da Recuperação Judicial, bem como determinou a perícia prévia das controladas sem Patrimônio de Afetação e, então, a apresentação de plano segregado para estas controladas sem Patrimônio de Afetação. Com isso, as Assembleias Gerais de Credores designadas para os meses de junho e julho de 2017 foram suspensas em razão da decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo. A Companhia recorreu destas decisões e aguarda julgamento dos recursos. A continuidade das operações dependerá da aprovação do referido plano em assembleia geral de credores e conseqüentemente da sua concretização.

Adicionalmente, no trimestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia incorreu no prejuízo individual e consolidado de R\$ 114.076 mil e R\$ 114.222 mil, respectivamente, possuía prejuízos acumulados de R\$ 1.905.248 mil, o passivo circulante individual e consolidado excedeu o ativo circulante em R\$ 1.175.156 mil e R\$ 603.934 mil, respectivamente, e apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 623.559 mil. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvidas quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e quanto à base para preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, considerando que em 30 de junho de 2017, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

As incertezas significativas e o assunto comentado nos parágrafos acima não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho gerarão impactos importantes nas operações da Companhia, sendo que tais impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Base para abstenção de conclusão”, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, não emitimos qualquer relatório de revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR) acima referidas.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1(a), as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária consideram, adicionalmente, a Orientação OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária brasileiras, editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 3.2(a).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, devido aos assuntos mencionados na seção “Base para abstenção de conclusão”, não emitimos conclusão sobre essa demonstração.

Informações apresentadas para fins de comparação

Os valores correspondentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por nós, para os quais emitimos relatório com abstenção de conclusão datado de 12 de agosto de 2016. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por nós e emitimos relatório com abstenção de opinião datado de 17 de março de 2017.

São Paulo, 11 de agosto de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1

Julian Clemente
Contador CRC 1 SP 197232/O-6